



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

WEBINAR REÚNE AUTORIDADES PARA DEBATER RISCOS ENVOLVENDO A OPERAÇÃO DE CARGAS PERIGOSAS

O tema foi debatido nesta quinta (10) no webinar Riscos no Porto e na Indústria, promovido pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos

Por Fernanda Balbino Da Redação

Canal de navegação do Porto de Santos (Foto: Carlos Nogueira/AT)

Monitoramento constante, planejamento de longo prazo, integração e troca de informações entre órgãos anuentes. Estas são algumas das ações necessárias para minimizar os riscos de operações de cargas perigosas no Porto de Santos, segundo especialistas no setor.

O tema foi debatido nesta quinta (10) no webinar Riscos no Porto e na Indústria, promovido pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS) por teleconferência.

Os riscos envolvendo operações com cargas explosivas voltaram à pauta de discussões da comunidade portuária santista após a tragédia ocorrida no Porto de Beirute, no Líbano, no mês passado. Na ocasião, uma carga de 2,7 mil toneladas de nitrato de amônio explodiu, causando a morte de milhares de pessoas.

O produto é movimentado e armazenado na Margem Esquerda (Guarujá) do Porto. Além disso, é produzido em Cubatão. E a proximidade do manuseio e da operação da carga com áreas densamente povoadas é vista com preocupação por especialistas, assim como o plano do Governo Federal de implantar terminas de fertilizantes na região de Outeirinhos, na Margem Direita.

A ideia está no novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, aprovado pelo Ministério da Infraestrutura, que prevê a clusterização (concentração de cargas em determinadas regiões) das mercadorias.

Para o presidente da delegacia local do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), Álvaro Luiz Dias de Oliveira, a questão é “extremamente preocupante”. E defende que os estudos que precedem a desestatização da administração da Autoridade Portuária de Santos devem ter um capítulo específico para apontar responsabilidades, no que se refere à segurança das operações de cargas perigosas no cais santista. “A realidade passa pela necessidade de monitoramento constante”.

O presidente da AEAS, João Teixeira Salgado, aponta que, diante da preocupação sobre as cargas perigosas, a necessidade de planejamento ganha ainda maior importância. “Se existe risco no material que vem a ser colocado ali e é grande, é uma oportunidade de avaliar o investimento para colocar carga em outro local”.

De acordo com o chefe da unidade regional de São Paulo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Guilherme da Costa Silva, o ideal é que cargas perigosas sejam movimentadas e armazenadas longe de áreas densamente povoadas. No entanto, diante da escassez de locais com este perfil, o executivo aponta que um crescimento do complexo marítimo em direção ao mar é a solução mais adequada.

“No Porto de Santos, o risco não é zero. Temos sempre que ficar cobrando das empresas que cumpram a legislação. Mas (o risco) é bem menor do que em Beirute. A única percepção é que

dentro do Porto tem grande controle, mas quando a carga sai, a impressão que eu tenho é que não há muito controle”, destacou o executivo da Antaq.

Planejamento

Silva admite que os órgãos públicos enfrentam dificuldades no planejamento de ações, entre elas, as de fiscalização. “Existe risco na operação portuária. Dentro do Porto de Santos, o risco é baixo, mas não é zero. Tem sempre que buscar políticas, capacitações, melhorias de tecnologia para minimizar o risco. É importante integrar órgãos para colocar em prática o planejamento estratégico”.

O coordenador da Academia Nacional de Seguros, Sergio Hoefflich, aponta que as universidades podem ajudar o setor público neste processo, principalmente oferecendo ferramentas e soluções para monitoramento de operações de forma proativa. “A preocupação deve se manter. Não é uma questão simples. Se queremos nos desenvolver e o Porto chegar onde ele tem planejado, tem que gerenciar o curto prazo para poder chegar no longo prazo”

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 11/09/2020

WEBINAR VAI DEBATER CARGAS PERIGOSAS NESTA QUINTA

Realizado pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, o evento será transmitido pelo canal da entidade no YouTube

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.48328:1555250589/Canal-de-navegac-o-do-Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=671f0d6&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.48328:1555250589/Canal-de-navegac-o-do-Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&pf=671f0d6&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

O webinar reunirá autoridades do setor portuário e especialistas em gestão de riscos (Carlos Nogueira/AT)

Os riscos envolvendo as operações de cargas perigosas no Porto de Santos e no Polo

Petroquímico de Cubatão serão debatidos por autoridades e especialistas nesta quinta-feira (10), a partir das 9 horas, no webinar Riscos no Porto e na Indústria – Evento do Porto de Beirute e o Aprendizado com Desastres Ampliados. Realizado pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS), o evento será transmitido pelo canal da entidade no YouTube.

O webinar reunirá autoridades do setor portuário e especialistas em gestão de riscos e operação de produtos perigosos, para analisar a movimentação desse tipo de carga no complexo santista e no Polo de Cubatão, segundo a organização.

O assunto ganhou destaque no início do mês passado. Em 4 de agosto, um carregamento de 2,7 mil toneladas de nitrato de amônio explodiu no Porto de Beirute (Líbano). Como resultado, boa parte da zona portuária e uma parcela da cidade foram destruídas.

“Nosso objetivo é analisar os riscos que esse tipo de carga pode representar para a cidade e a região e como reduzi-los. O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto prevê um aumento dessas mercadorias e temos de analisar como melhor lidar com isso”, disse o diretor técnico-cultural e de Inovação da AEAS, Áureo Figueiredo, que integra a organização do evento

Fonte : A Tribuna Digital - SP

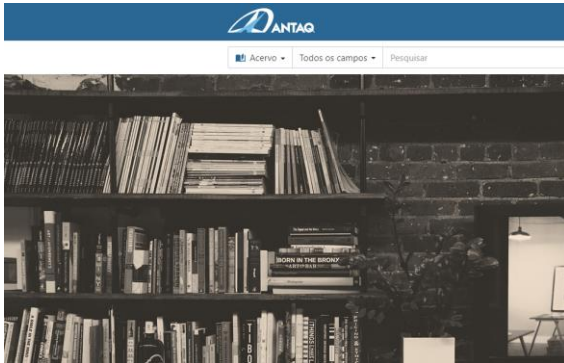
Data : 11/09/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS **ANTAQ REVOGA 458 NORMAS E ATOS ADMINISTRATIVOS SEM EFICÁCIA**

O levantamento desse conjunto normativo obsoleto já vinha sendo preparado pela Agência, visando à redução do estoque regulatório e à instituição de um conjunto normativo mais enxuto e eficaz



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Captura-de-tela-2020-09-11-112912-768x490.png>

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ aprovou em Reunião Ordinária, encerrada ontem (10), a revogação de normas e atos expedidos pela Agência que já perderam a eficácia ou que foram substituídos com a edição de outros atos supervenientes de mesma natureza. A lista contempla a revogação de

458 atos administrativos normativos e ordinários da Autarquia.

O levantamento desse conjunto normativo obsoleto já vinha sendo preparado pela Agência, visando à redução do estoque regulatório e à instituição de um conjunto normativo mais enxuto e eficaz, como explicou o superintendente de Regulação da ANTAQ, Bruno Pinheiro.

“Na proposta encaminhada à Diretoria, identificamos não apenas o exigido pelo Decreto nº 10.139, de 28/11/19, que tornou a medida obrigatória para órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, mas também atos ordinários da Agência que não produzem mais efeitos, como resoluções que aprovam aditivos já substituídos por outro mais recentes”, salientou o superintendente.

Entre as resoluções constantes do universo regulatório da ANTAQ, excluídas da biblioteca de normas da Agência, estão nove resoluções revogadas expressamente por perda de eficácia em virtude da revogação das normas que as mantinham, e 405 resoluções referentes a termos aditivos, que perderam efeito pela edição de novos termos aditivos supervenientes. As demais revogações se referem a atos administrativos, como portarias, ordens de serviço, instruções normativas, memorandos e relatórios, totalizando 458 revogações.

O que diz o decreto presidencial

Conforme o decreto presidencial, as revogações se aplicam a atos normativos, como portarias, resoluções, instruções normativas, ofícios e avisos, orientações normativas, diretrizes, recomendações e despachos de aprovação, não se aplicando, porém, a atos cujo destinatário, pessoa física ou jurídica, esteja nominalmente identificado, e a recomendações ou diretrizes cujo não-atendimento não implique consequências jurídicas aos destinatários.

Ainda de acordo com o decreto presidencial, os atos normativos inferiores a decreto serão doravante editados sob a forma de portarias (atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares); resoluções (atos normativos editados por colegiados); ou instruções normativas (atos normativos que, sem inovar, orientem a execução das normas vigentes pelos agentes públicos).

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

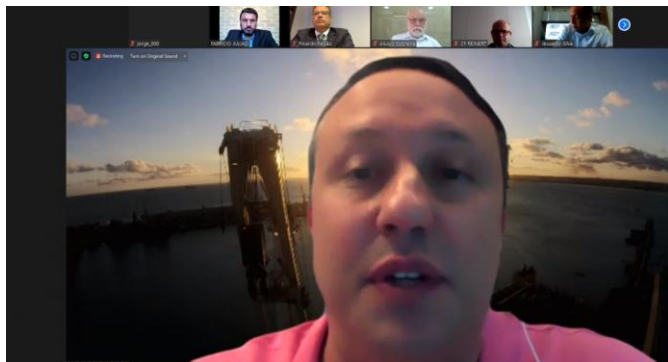
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 11/09/2020

ANTAQ PARTICIPA DE WEBINAR SOBRE DRAGAGEM PERMANENTE DOS PORTOS BRASILEIROS

Durante o evento, especialistas debateram o tema, visando atender à nova realidade mundial, que impõe a adoção de navios cada vez maiores no comércio marítimo



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Anota%C3%A7%C3%A3o-2020-09-10-163428-1-768x418.png>
Pinheiro defendeu a manutenção de todos os canais de acesso aos portos brasileiros e dragagens mais efetivas dos portos escolhidos para receberem navios de grande porte. Foto interna: CCS/ARI/ANTAQ.

O superintendente de Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Bruno Pinheiro, participou do webinar “Dragagem permanente como indutora de competitividade nos portos brasileiros”, organizado pela Brasil Exporta, na tarde de hoje (10).

O evento também contou com a participação do subsecretário de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura, Mateus Salomé do Amaral; do presidente do Conselho Nacional de Praticagem, Ricardo Falcão; e do superintendente de Segurança da Navegação do Centro de Hidrografia da Marinha do Brasil, Cesar Reinert de Moraes. Os debates foram mediados pelo presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários – ABTP, Jesualdo Silva, com apresentação do Fabrício Julião, diretor da Una Marketing de Eventos.

No encontro, foram tratados temas como o licenciamento ambiental para dragagens de aprofundamento nos portos do país, regulação, praticagem, agilidade na homologação e contratação de serviços de batimetria, cartas náuticas e o aprofundamento de calados visando atender à nova realidade mundial, que impõe a adoção de navios cada vez maiores no comércio marítimo.

Ao falar a necessidade de obras de dragagem de aprofundamento nos portos nacionais, o superintendente de Regulação da ANTAQ mencionou que em alguns casos não faltam recursos, como no maior porto do país. Mas lembrou que antes da contratação dos serviços o porto tem que conseguir a licença ambiental.

Pinheiro também comentou os altos e baixos da linha do tempo da dragagem no país, que já teve sua competência entregue à Portobrás, depois às companhias docas, Secretaria Nacional de Portos e DNIT. “As consequências de todo esse vai e vem e da ausência de uma política pública perene para o setor estão aí nas manchetes dos jornais. Volta e meia a gente tem redução de calado em Santos, dificuldades para aumentar o calado operacional do Quiriri, Recife toda hora também tem redução de caráter operacional”, observou.

Para o superintendente da ANTAQ, já seria uma “vitória para o país”, com reflexos no desempenho dos portos brasileiros, se, minimamente, fosse garantida a manutenção de todos os canais de acesso, reduzindo as recorrentes diminuições de calado operacional. “E, dentro de uma política de Estado, escolher aqueles portos que irão receber navios maiores e dragar mais ainda esses portos”, completou.

**Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**



Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data : 10/09/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

DOCAS DO RIO UTILIZA QUATERNÁRIO DE AMÔNIO PARA DESINFECÇÃO DE ÁREAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

Ação, em parceria com organizações militares, faz parte das medidas de prevenção e combate à Covid-19

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), em parceria com a Marinha do Brasil e por meio do Comando Conjunto Leste (CCj L), está realizando a desinfecção dos ambientes de trabalho com Quaternário de Amônio de 5ª geração. A ação, que faz parte das medidas de prevenção e combate à COVID-19 adotadas pela companhia, ocorreu na última quinta-feira (10), nos prédios administrativos e no Porto do Rio de Janeiro. Na próxima quarta-feira (16), será a vez do Porto de Itaguaí passar pela sanitização.

A desinfecção, executada por militares do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, especializados em Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR), vai abranger uma área total de 18.941 m². Entre as dependências sanitizadas estão o edifício-sede da companhia, os prédios da Guarda Portuária e da Policlínica e os prédios administrativos dos portos, incluindo os da Inspetoria, Anvisa e Receita Federal, bem como as cabines e outros espaços coletivos dos portões de acesso aos portos.

Além da aplicação do produto, acontece também uma capacitação sobre medidas sanitárias necessárias contra a COVID-19 para os empregados que estão na linha de frente. Estão sendo contemplados, principalmente, os colaboradores das áreas em trabalho presencial, tais como: Guarda Portuária, Gestão Portuária (Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis), Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, Administração e Recursos Humanos.

Segundo o diretor-presidente da CDRJ, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira, “essa parceria com a Marinha do Brasil e o Comando Conjunto Leste trouxe à companhia o aprimoramento do protocolo de desinfecção, já adotado pelas organizações militares, que deixará o ambiente de trabalho mais limpo e seguro, e ainda proporciona às equipes técnicas e operacionais um treinamento para maior prevenção na realização de suas atividades cotidianas.”

Recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como um dos principais ativos que eliminam o vírus da COVID-19, o Quaternário de Amônio de 5ª geração apresenta alguns benefícios em relação ao hipoclorito de sódio, pois é menos irritante, possui baixa toxicidade e não é corrosivo, podendo ser utilizado em superfícies metálicas, além de não danificar os sistemas de pressurização dos equipamentos de aplicação dos saneantes.

Para a aplicação do produto, os militares adotam procedimentos de segurança, utilizando equipamentos de proteção individual (EPI) de dotação militar. Desde março, a Marinha do Brasil vem atuando na desinfecção de locais de grande circulação de pessoas como estações das barcas, de BRT, de trens e de VLT, além de algumas instituições públicas federais.

Fonte : Portal Porto Gente
Data : 11/09/2020

PORTOGENTE E MINFRA: A IMPORTÂNCIA DA BR DO MAR

Editorial Portogente

A cabotagem é um conceito de ponte que movimenta cargas em uma combinação de transportes marítimo costeiro e terrestres.

Portogente recebe como uma notícia alvissareira o lançamento do hotsite, nesta quarta-feira (9/9), destinado a esclarecer dúvidas sobre o programa de incentivo à cabotagem, conhecido como BR do Mar. A iniciativa do Ministério da Infraestrutura (MInfra) acontece alguns dias depois que realizamos o debate online "Mar da cabotagem", na programa semanal Webinar Semanal Portogente (WSP), no dia 20 de agosto. Ganhamos todos, sem dúvida nenhuma!



<https://portogente.com.br/images/BRMar.jpg>

Como descreve o site do Ministério, com um simples clique, é possível acessar informações que vão desde "o que é cabotagem", vídeos informativos sobre o programa e sua assinatura, a íntegra do Projeto de Lei, além de informativos, entrevistas sobre o tema e uma nota técnica com todo o aparato legal, cenário internacional e a história da cabotagem no Brasil.

BR do Mar

O Projeto de Lei (PL) 4199/2020, que cria o programa de incentivo à cabotagem, tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. A ideia é aumentar a oferta e qualidade deste tipo de transporte no país, que consiste na navegação entre portos da mesma costa de um País. Em tempo de reforma da cabotagem brasileira, com quase 8 mil quilômetros de costa e mais de 3,2 mil quilômetros de rios na Amazônia, o debate do tema aponta um aquecimento do setor com amplo debate da sociedade impactada por essa navegação.

É um modo de transporte seguro, eficiente e de baixo custo. E, embora o Brasil seja um país continental, com quase 8 mil km de costa, a movimentação de carga nacional por este modal representa apenas 11% de participação da matriz logística do País. Assim, o objetivo é transformar a extensa costa brasileira em uma grande avenida.

Com o impulsionamento da navegação por cabotagem, será possível ampliar o volume de contêineres transportados por ano, saindo de 1,2 milhão de TEUs (unidade equivalente a 20 pés), em 2019, para 2 milhões de TEUs, em 2022. A iniciativa também permitirá ampliar em 40% a capacidade da frota marítima dedicada à cabotagem nos próximos três anos, excluindo as que operam no petróleo e derivados.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 11/09/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

MEIRELLES PREVÊ REDUÇÃO DA INFLAÇÃO DE ALIMENTOS TÃO LOGO A OFERTA SE REGULARIZE

O ex-ministro da Fazenda Federal e atual secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, previu nesta sexta-feira, 11, a volta da alta dos alimentos tão logo o setor agrícola consiga regularizar a oferta destes produtos.

Segundo o IBGE divulgou na última quarta-feira, 9, os preços dos alimentos subiram em média 0,78% na comparação de agosto com julho, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como um todo subiu, na mesma base de comparação, 0,24%.

“A inflação de alimentos decorre do auxílio emergencial que elevou a demanda, redução da oferta e reajustes nos preços”, disse, acrescentando que é boa a ideia de se importar alguns alimentos no curto no curto prazo, até que a agricultura regularize a oferta. “Isso tende a melhorar”, disse ele.

No entanto, de acordo com o secretário, a solução efetiva está no campo estrutural, com a criação de uma vacina contra o coronavírus e controle dos gastos públicos. “O ponto positivo é que o resto dos preços não estão sendo contaminados”, comentou Meirelles, que participou de uma live organizada pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) ao lado dos ex-ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan..

Globalização e exemplo do agronegócio

Para Meirelles, o Brasil precisa deixar de se sentir uma vítima da globalização e passar a seguir o setor agropecuário que, ao contrário, sabe aproveitar bem as oportunidades que a globalização oferece. “O agronegócio sabe aproveitar as oportunidades que a globalização oferece”, disse o secretário, para quem o agronegócio e a Embraer, pelo lado industrial, são os maiores cases brasileiros de sucesso no mundo globalizado.

De acordo com Meirelles, o Brasil passa por uma crise profunda em decorrência da pandemia e que vai levar a um déficit de R\$ 800 bilhões, mas a tendência é de melhora especialmente com a possibilidade de ser chegar a uma vacina contra o coronavírus.

Mas falta, segundo o ex-ministro, uma mensagem no sentido de que após a pandemia o País vai retomar a disciplina fiscal e que com o excesso de liquidez no mundo e juros baixos, o Brasil terá condições de atrair investimentos.

“É importante voltarmos a aplicar a disciplina fiscal no Brasil para voltarmos a atrair investimentos do setor privado”, defendeu Meirelles. Para ele o crescimento sustentável virá com os investimentos privados. “A ideia de que o governo é que tem que induzir investimentos já foi aplicada no Brasil e não deu certo”, criticou o ex-ministro.

De acordo com Meirelles, mundo está com bastante liquidez e ele, como secretário da Fazenda de São Paulo, tem sido procurado por grandes fundos de investimentos interessados em investir no País.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 11/09/2020

IBGE VÊ TENDÊNCIA POSITIVA NA FORÇA DE TRABALHO COM AUMENTO DA POPULAÇÃO OCUPADA

Em um cenário de retomada gradual da atividade econômica e flexibilização das medidas de distanciamento social, o mercado de trabalho começa a dar sinais positivos. Houve crescimento da população trabalhando na terceira semana de agosto, estabilidade no número de desempregados e leve redução da população inativa, mostrou a divulgação semanal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (Pnad Covid-19), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de desemprego no País foi de 13,2% na semana de 16 a 22 de agosto, um leve recuo ante os 13,6% da segunda semana do mês. A pesquisa estimou a população desocupada do país em 12,6 milhões, que ficou estável ante a semana anterior.

“Há uma estabilidade geral nos indicadores de mercado de trabalho, mas olhando as variações, em termos de tendência, foi observada uma variação positiva na força de trabalho, que se deu em função do aumento no contingente da população ocupada”, explica a coordenadora da pesquisa, Maria Lúcia Vieira.

O total de pessoas ocupadas chegou a 82,7 milhões de brasileiros, ante 82,1 milhões na segunda semana do mês passado. Já a população fora da força de trabalho – que não estava trabalhando nem procurava por trabalho – também ficou estatisticamente estável em 75 milhões.

“Na população fora da força, entre aqueles que gostariam de trabalhar, mas não tinham procurado trabalho justamente alegando a pandemia como o principal motivo, houve uma redução de cerca de 582 mil pessoas”, destaca Maria Lúcia.

Flexibilização

O IBGE identificou que o número de pessoas que ficaram rigorosamente isoladas se reduziu em 2,8 milhões da segunda para a terceira semana de agosto, passando a 41,6 milhões.

A pesquisa também estimou em 4,5 milhões a população que não fez restrição na semana de 16 a 22 de agosto, estável em relação à semana anterior. No mesmo período, cresceu em 1,9 milhão o número de pessoas que reduziu o contato com outras, mas continuaram saindo ou recebendo visitas (76,4 milhões de pessoas). Foi a terceira semana seguida de aumento desse comportamento.

A população que ficou em casa e só saiu por necessidade básica naquela semana foi de 87,6 milhões de brasileiros (41,5%), ante 86,4 milhões na segunda semana de agosto. Nesse período, a pesquisa estimou que 12,4 milhões de pessoas (ou 5,9% da população do país) apresentavam pelo menos um dos 12 sintomas associados à covid-19.

Para Maria Lúcia Vieira, os dados apontam uma flexibilização do isolamento por parte da população. “De alguma forma, as pessoas estão flexibilizando as medidas de isolamento social, uma vez que aumenta o percentual de pessoas que estão tendo medidas menos restritivas e diminui o percentual daquelas que aplicam medidas mais restritivas de isolamento”, explica.

Na semana de 16 a 22 de agosto, dos 46 milhões de estudantes que frequentavam escolas ou universidades no País, 15,9% não tiveram atividades escolares. O percentual equivale a 7,3 milhões de alunos.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 11/09/2020



EXTRA ONLINE

PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE APROVAM ACORDO COM PETROBRAS

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - Petroleiros do Sindipetro-Norte Fluminense aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho 2020-2022 com a Petrobras, enquanto resultados parciais de assembleias em outras regiões também indicam a aprovação do chamado ACT, afirmou nesta sexta-feira a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

O ACT 2020-2022 já havia sido aprovado por petroleiros do Espírito Santo e pelas bases de Pernambuco e Paraíba, segundo a federação.

Em nota, o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, disse que o novo texto não traz todas as reivindicações da categoria, mas teve avanços, "principalmente em relação à estabilidade de empregos por dois anos".

Ele citou ainda a manutenção de diversos benefícios "que estavam ameaçados".

Outras assembleias em vários Estados deverão deliberar sobre o acordo até o final de semana, mas as parciais também indicam aprovação, disse a FUP.

No acordo, disse a federação, a Petrobras se comprometeu a não realizar demissões sem justa causa durante a vigência do ACT, ou seja, até 31 de agosto de 2022.

"A Reforma Trabalhista de 2017 estabelece que o acordo entre empresa e trabalhadores se sobrepõe à legislação. Portanto, a estabilidade por dois anos no ACT protege trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobras de qualquer mudança legislativa sobre estabilidade de empregados de estatais", acrescentou.

O acordo ainda prevê um "benefício farmácia" aos empregados, pelo qual 16.800 beneficiários situados nas três primeiras faixas de renda serão isentos de desconto e terão subsídio integral dos medicamentos adquiridos.

A empresa ainda mantém o reajuste zero em 2020 e propõe reajuste automático de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, em setembro de 2021, conforme o acordo.

O reajuste do vale refeição/alimentação terá correção integral pelo INPC em setembro de 2020 e em setembro de 2021.

Segundo a FUP, a empresa também se compromete, conforme o acordo, a iniciar a negociação do regramento do pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2021 imediatamente após o fechamento do ACT.

Fonte : Extra Online

Data : 11/09/2020

MINÉRIO DE FERRO SE RECUPERA NA CHINA COM ESPERANÇAS DE MELHORA NA DEMANDA

Por Min Zhang em Pequim e Enrico Dela Cruz em Manila

PEQUIM/MANILA (Reuters) - Os contratos futuros de minério de ferro de referência na Bolsa de Commodities de Dalian da China apagaram as perdas iniciais e fecharam em alta nesta sexta-feira, com os sinais emergentes de uma recuperação na demanda global de aço, mas a matéria-prima ainda registrou uma queda semanal, uma vez que o apetite das usinas diminuiu.

As taxas semanais de utilização da capacidade em 163 altos-fornos em usinas na China estavam em 84,86% em 11 de setembro, o nível mais baixo desde maio, mostraram dados compilados pela consultoria Mysteel.

O contrato futuro de minério de ferro mais negociado, para entrega em janeiro, terminou em alta de 0,8%, a 837 iuanes (122,45 dólares) a tonelada. Na semana, caiu 2,4%.

As exportações de aço da China podem aumentar ligeiramente este mês devido à recuperação na demanda global de aço e à redução da diferença de preço entre os preços de exportação

chineses e os dos concorrentes, de acordo com a consultoria Mysteel. Os futuros do aço na Bolsa de Futuros de Xangai também conseguiram se recuperar das perdas iniciais, com o vergalhão de construção mais negociado fechando em alta de 0,1%, a 3.665 iuanes por tonelada.

((Tradução Redação São Paulo 55 11 56447751))REUTERS RS

Fonte : Extra Online

Data : 11/09/2020



PANDEMIA DEVE GERAR UMA NOVA ONDA DE EMPREENDEDORISMO NO BRASIL, DIZ EDUARDO MUFAREJ

A combinação de baixas taxas de juros e maior liquidez no mercado internacional deve resultar em um aumento do capital disponível para financiar novos negócios

Por **DANIELA FRABASILE**



https://s2.glbimg.com/AYTcq6Xh7uj5dZcS4p7K9qhoauE=/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2020/09/10/mufarej_1.jpg

Eduardo Murarej, ex-CEO da Tarpon Investimentos
(Foto: Divulgação)

Apesar da crise causada pela pandemia do novo coronavírus, o cenário atual no Brasil pode favorecer uma nova onda de empreendedorismo no país. A combinação entre baixas taxas de juros e maior liquidez no mercado internacional deve resultar em um aumento do capital disponível para financiar novos negócios.

"O empreendedor depende de financiamento, e historicamente não tínhamos muito no Brasil. Antes, o capital de fomento a empreendedores era muito concentrado entre aqueles que tinham financiamento próprio ou aqueles que conseguiram passar da arrendação. Hoje, com mais capital disponível, tem mais gente se arriscando, e a arrendação está mais perto da praia", diz Eduardo Mufarej. O ex-CEO da Tarpon Investimentos foi um dos participantes do evento Menos 30 Fest, e conversou com Época NEGÓCIOS sobre inovação e empreendedorismo.

"O Brasil tem uma cultura empreendedora muito forte, mas acho que mais por um instinto de sobrevivência. Empreender muitas vezes é o único caminho", diz. Por outro lado, o apetite a risco sempre foi baixo. Isso muda agora. "A Selic reduzida é um incentivo gigantesco à tomada de risco", diz.

"No fim do dia, são os empreendedores que vão trazer a inovação. É um movimento importante para o Brasil", diz. Para que esse cenário se confirme, no entanto, é preciso que as taxas de juros se mantenham baixas e que o mercado internacional permaneça com liquidez.

Uma oportunidade para o Brasil hoje é o ecossistema de startups, que vem se estabelecendo nos últimos anos. "Sem dúvida, veremos mais fundos de capital semente, mais aceleradoras, mais fundos de corporate venture. Isso é muito positivo".

Um efeito negativo trazido pela crise do coronavírus, no entanto, foi a queda do financiamento a pequenas empresas. "A pandemia traz uma aversão a risco enorme. Com isso, uma

desigualdade grande entre as empresas. As maiores conseguem empréstimos, mas as pequenas, não”, diz. Para ajudar a lidar com esse problema, Mufarej é um dos idealizadores do Estímulo 2020, que oferece crédito e capacitação a empreendedores afetados pela crise causada pela pandemia. “Penso que é importante criar um canal paralelo aos bancos para que os bons empreendedores não fiquem pelo caminho”.

Educação

Para que o país volte a crescer, outro obstáculo a ser vencido, diz Mufarej, é melhorar o sistema educacional. “A gente gostaria que as pessoas estudassem coisas com as quais pudessem trabalhar, mas no Brasil 85% dos jovens não trabalham nas áreas em que estudaram”, afirma. “O mercado de trabalho precisa definir melhor o que quer do profissional, e a academia tem de se adaptar para formar esse profissional”. Além das habilidades técnicas, o executivo ressalta a crescente demanda e importância das soft skills.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 11/09/2020

G-20 RESSALTA INVESTIMENTOS 'SEM PRECEDENTES' NA PROMOÇÃO DO EMPREGO

O ministro anunciou ainda o estabelecimento de uma rede internacional de troca de conhecimentos na área entre os membros do G-20



<https://s2.glbimg.com/rTwq3f-uOf4E7YKY64AZrm4En9o=/620x350/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2020/03/20/gettyimages-1152459661.jpg>

Reunião do G20 em Osaka, Japão (Foto: Getty Images)

Após reunião virtual entre os ministros do Trabalho e Emprego do G-20, a declaração conjunta indicou "suportes sem precedentes para ajudar a recuperar os trabalhos, auxiliar aos jovens, em especial as mulheres".

Em fala de Ahmed Alrajhi, ministro saudita de Recursos Humanos e Desenvolvimento Social, medidas de apoio à juventude foram destacadas como prioridades, com destaque para o incentivo ao estudo e à entrada no mercado de trabalho. O ministro anunciou ainda o estabelecimento de uma rede internacional de troca de conhecimentos na área entre os membros do G-20.

"Com as medidas de proteção social acordadas, acreditamos que os empregos se recuperarão em breve", projetou o ministro, que por algumas vezes ressaltou os investimentos sem precedentes, citando o valor de US\$ 11 trilhões dentro do grupo destinados ao setor.

"A crise renovou o ímpeto para salvaguardar o mercado de trabalho e adotar medidas de proteção social", disse a declaração, após algumas vezes dimensionar o tamanho do impacto da pandemia nos empregos. Outro marco foi o destaque aos mais vulneráveis, com o reforço constante de que a atenção está além das "fronteiras", e especial empenho para a promoção de emprego às mulheres.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 11/09/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

SHELL SUPERA 1,1 GW EM OUTORGAS DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA EM MINAS GERAIS

Por Felipe Maciel 11 de setembro de 2020 - Em Clima, Newsletter, Newsletter Diálogos da

Diálogos da Transição

apresentada por

Quem faz Felipe Maciel, Gabriel Chiappini, Guilherme Serodio e Larissa Fafá

Editada por Gustavo Gaudarde

gustavo@epbr.com.br

A Shell registrou novos 511 MW em pedidos de outorga para instalação de usinas solares fotovoltaicas. A empresa soma agora 24 pedidos de instalação de usinas que representam 1,128 GW de potência instalada fotovoltaica no estado de Minas Gerais. Todas as usinas são registradas para produção independente.

Desta vez, a Shell registrou na Aneel o pedido de 11 novos projetos na cidade de Arinos. O novo pedido de outorga prevê a instalação do complexo solar Draco, com um total de 11 usinas, sendo 10 usinas com potência instalada de 48,7 MW e uma, com potência instalada de 24 MW.

Arinos, de acordo com dados do IBGE, tem 17 mil habitantes e está entre Brasília e o norte de Minas, que apresenta a pecuária, agricultura e comércio como suas principais fontes de renda.

A Shell já tinha registrado as usinas Barnard Solar no município de Várzea da Palma. Cada projeto tem potência instalada variando de 46 MW até 49 MW. As dez usinas somam 467 MW.

Em abril, a empresa também pediu a outorga de usinas fotovoltaicas, com 50 MW cada, em Brasilândia de Minas – Aquarii I, II e III.

Minas Gerais está consolidada como a principal aposta da Shell para geração de energia solar fotovoltaica.

Os projetos serão comandados pela Shell Energy do Brasil, presidida por Frederico Saliba.

Piauí licita miniusinas solares fotovoltaicas

O consórcio Energia Sustentável do Piauí apresentou a melhor proposta na licitação do governo do Piauí para o projeto de Parceria Público Privada (PPP) que prevê a construção de miniusinas de energia solar fotovoltaica. O consórcio, liderado pela Raff Geração e Comércio de Energia, cotou a obra em R\$ 742 mil.

A melhor proposta foi feita pela Brenge Par Engenharia e Participações, que cotou o serviço em R\$ 579,4 mil. Mas a empresa acabou desclassificada depois que o consórcio Energia Sustentável do Piauí questionou a capacidade técnica-operacional da proposta apresentada e a comprovação de atuação da empresa na área.

A partir daí a Comissão Especial de Licitação analisou o pedido e decidiu desclassificar a Brenge, tornando a proposta do consórcio Energia Sustentável do Piauí a melhor da concorrência.

O consórcio GM-Energia, liderado pela Visus Engenharia e Serviços, foi o terceiro colocado na licitação, com proposta avaliada em R\$ 780 mil.

As propostas foram recebidas no último dia 1º e logo depois foi aberto prazo para recursos.

Seis municípios atendidos

O projeto prevê a instalação de oito usinas para produção de energia solar fotovoltaica, com capacidade instalada de 5 MW, nos municípios de Caraúbas, Miguel Alves, José de Freitas, Piracuruca, Cabeceiras e Canto do Buriti.

A proposta é que o estado produza a sua própria energia e a lance na rede de distribuição para que seja compensada com o consumo pelos órgãos do governo, o que representa uma economia inicial de 14%.

O governo do Piauí gasta algo em torno de R\$ 3,8 milhões por mês com energia elétrica. Com as miniusinas, o estado deve economizar cerca de R\$ 580 mil por mês, quase R\$ 7 milhões por ano.

Curtas

O BNDES recebeu um aporte no valor de R\$ 232 milhões feito pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) para o Fundo Clima, no segundo investimento praticado pelo governo no Fundo este ano. A retomada dos aportes é parte de um movimento do governo federal para tentar mitigar o desgaste da imagem do Brasil como vilão climático, construída desde o começo do mandato de Jair Bolsonaro em 2019. epbr

As emissões da indústria pesada e do setor de transportes podem ser zeradas nos próximos 40 anos, até 2060, com investimentos em aumento da eficiência energética, eletrificação, produção de aquecimento e combustível a partir de fontes renováveis, além da compensação de emissões com a remoção de CO2 da atmosfera. epbr

A Sun Electric, uma startup sediada em Cingapura, produz energia elétrica com foco em soluções solares urbanas. Ela foi a primeira revendedora de energia solar licenciada de Cingapura. A proposta da empresa, seguindo o conceito conhecido como “uberização”, é unir consumidores que queiram usufruir dos benefícios da energia solar, mas que têm restrições de espaço, com proprietários de telhados, o que permite que qualquer pessoa possa ter acesso à energia solar produzida localmente, independentemente de ter espaço para produção. UOL

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) realizou um leilão de energia incentiva solar e eólica, pela qual vendeu 162 MW médios pelo prazo de 13 anos, com início de fornecimento em janeiro de 2023. Terra

O Magazine Luiza fechou acordo com a GreenYellow para o fornecimento de energia solar para 214 das suas mais de 1.100 lojas. O contrato, que funciona no modelo de aluguel, prevê a entrega de 9307,1 MWh por ano. O acordo foi firmado ainda no primeiro trimestre deste ano, mas a expectativa é de que a energia seja entregue a partir de 2021. As 214 lojas da rede passarão, então, a funcionar 100% a base da energia sustentável. Terra

BP anunciou nesta quinta (10) acordo para compra de 50% da participação da Equinor nos projetos dos parques eólicos offshore Empire Wind and Beacon Wind, nos Estados Unidos, por US\$ 1,1 bilhão. O movimento representa a entrada da BP no mercado de eólica offshore. epbr

Um navio autônomo está prestes a tentar a travessia do Atlântico Norte. O objetivo é repetir a viagem do Mayflower, que levou os primeiros colonos ingleses para a América do Norte em 1620. A embarcação foi desenvolvida pela ProMare, com apoio da IBM, e sairá de Plymouth, na Inglaterra, com destino a Plymouth, em Massachusetts, nos Estados Unidos. Olhar Digital

No Nordeste do Brasil, as condições favoráveis de vento levam a uma grande produção de energia eólica. Normalmente, nos meses de julho a setembro, é a época de ventos mais fortes na Região Nordeste, onde a velocidade pode alcançar até 60km por hora na faixa litorânea, devido aos ventos alísios, e uma média 40 km no interior. Clima Tempo

A produtora de pás para turbinas de energia eólica Aeris pediu nesta quinta-feira registro para uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), movimento que vem na esteira da crescente demanda por geração de energias renováveis. Money Times

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 11/09/2020

GOVERNADORES E DEPUTADOS NÃO ACREDITAM EM APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM 2020

Regimes especiais, como Repetro, ainda não são tema de debate da comissão da reforma tributária, dizem integrantes

Por Guilherme Serodio 11 de setembro de 2020 - Em Congresso

Governadores e parlamentares integrantes da comissão da reforma tributária acreditam que não há tempo para o Congresso Nacional aprovar uma proposta este ano, com a aproximação das eleições municipais.

Opinião compartilhada por governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), Bahia, Rui Costa (PT) e do Pará, Helder Barbalho (MDB), que participaram de debate da Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta quinta (10).

Os partidos precisam definir coligações e anunciar chapas para a campanha municipal deste ano até o dia 26, o que já tem retirado a atenção de parlamentares das pautas de Brasília.

A disputa nas cidades onde houver segundo turno só será encerrada em 29 de novembro e, com isso, sobram apenas três semanas de trabalhos do Congresso Nacional antes do recesso de fim de ano, que começa oficialmente em 22 de dezembro, uma terça.

Os governadores mostraram convergência em torno da proposta apresentada pela Câmara Federal, a PEC 45, desde que incorpore a a proposta aprovada esta semana pelo Consefaz, comitê dos secretários estaduais de Fazenda reunidos no Confaz – dá autonomia aos estados na definição de alíquotas e cria um o Fundo de Desenvolvimento Regional, com recursos da União, para compensar políticas de incentivo com base em ICMS.

Ainda assim, Casagrande afirma que o relatório final da proposta de reforma será questionado “como um Judas em Sábado de Aleluia”.

A deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ), integrante da comissão, afirma que a única proposta que teria possibilidade de ser aprovada ainda em 2020 seria a primeira parte da proposta de reforma enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional, por não envolver a unificação do ICMS dos e o ISS das prefeituras.

Clarissa é defensora da PEC 45, mas frisa que o debate nem sequer conseguiu reunir apoio de prefeitos e o Congresso Nacional ainda precisa aprovar o orçamento de 2021.

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) marcou posição contra a PEC 45 por rejeitar a inclusão do ISS no novo imposto único, o IBS. Para a associação, provocaria perda de autonomia das prefeituras e a perda de receita crescente ao longo dos anos.

Felipe Rigoni defende extinção do Repetro

Representante do Espírito Santo na comissão da reforma, o deputado Felipe Rigoni (PSB) também acredita aposta no apoio dos parlamentares à PEC 45 como texto final da reforma, ainda que sofra alterações. Segundo ele, a possibilidade de aprovar uma reforma que não envolva o ISS e ICMS está fora de cogitação na visão da maioria dos parlamentares e seria a perda de uma oportunidade única.

A comissão da reforma não iniciou o debate acerca de regimes fiscais especiais, como o Repetro ou a tributação da Zona Franca de Manaus. E o consenso em volta dessas matérias não é fácil entre os integrantes das bancadas dos estados beneficiados pelos regimes.

Rigoni afirma que a aprovação de uma reforma tributária ampla permitiria ao Espírito Santo abrir mão do Repetro, uma vez que o estado estaria em pé de igualdade como outros entes da federação para disputar investimentos.

“Hoje isso é necessário por conta da bagunça tributária que é o Brasil. Numa situação como a de hoje, não há outra maneira de se tornar competitivo a não ser fazendo esse tipo de proposta, mas se você tem um IVA unificado que cobra na ponta da cadeia, então não precisa mais disso”, afirma.

Clarissa discorda e diz que o Rio de Janeiro precisa lutar pela manutenção do Repetro.

Segundo ela, caso o regime especial seja questionado, o Rio de Janeiro pode questionar também a concessão de benefícios fiscais para a Zona Franca de Manaus. A deputada afirma que entre 2005 e 2015 o Repetro representou apenas 3% do montante de recursos envolvidos em renúncia fiscal. No mesmo período as isenções à Zona Franca representaram 26%.

No entanto, a deputada entende o debate carece de maior envolvimento do governo federal, que ainda precisa sinalizar para o Congresso Nacional o quanto topa fazer de renúncia fiscal. Afirma que a postura do governo acerca do debate da desoneração da folha de pagamento e da revisão do pacto federativo são importantes indicadores dessa disposição ao diálogo.

Rigoni admite que os debates sobre folha de pagamento e renda dentro da reforma não serão simples. Para ele, ainda será preciso discutir uma série de distorções, como tributação de dividendos e revisão das faixas de tributação de renda. “Não é fácil, mas acho que até o fim do ano a gente consegue deixar bem encaminhada uma proposta para votação no primeiro semestre do ano que vem”, conclui.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 11/09/2020*



JORNAL O GLOBO – RJ

EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS REGISTRAM RECORDE NOS OITO PRIMEIROS MESES DE 2020

A China se manteve como maior mercado de destino de itens do agronegócio
Por Eliane Oliveira

BRASÍLIA - Impulsionadas pelo dólar valorizado e o aumento da demanda internacional, as exportações brasileiras do agronegócio bateram recorde histórico, ao registrarem US\$ 69,63 bilhões no acumulado de janeiro a agosto deste ano.

O setor foi responsável por 50,3% das vendas totais do Brasil no exterior nos oito primeiros meses do ano, o mais alto percentual já contabilizado na balança comercial. A China se manteve como maior mercado de destino.

Segundo o Ministério da Agricultura, o aumento das exportações se deu em decorrência da expansão da quantidade embarcada (+15,3%), visto que o índice de preços sofreu redução de 6,1%.

Já as importações somaram US\$ 8,13 bilhões, isto é, 11,9% inferiores ao mesmo período no ano anterior e representaram 8,0% do total importado pelo Brasil no período. Como resultado, o saldo da balança do agronegócio foi superavitário em US\$ 61,50 bilhões

No mês passado, as exportações de produtos agropecuários totalizaram US\$ 8,91 bilhões, o que corresponde a um crescimento de US\$ 646,24 milhões em divisas para o país em relação ao mesmo mês de 2019. As importações diminuíram de US\$ 1,10 bilhão em agosto de 2019 para US\$ 912 milhões no mês passado. Os principais produtos importados foram trigo, papel, vinho e leite em pó.

Em agosto, as exportações de soja somaram US\$ 2,7 bilhões e 75% das vendas do produto foram para o mercado chinês. Também tendo a China como principal destino, as vendas de carnes ficaram em segundo lugar, com US\$ 1,49 bilhão. E, com a queda da produção na Índia e na Tailândia, os embarques de açúcar atingiram US\$ 960 milhões, o que corresponde a uma expansão de 107%.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 11/09/2020

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS CAUSARÁ AUMENTO DE 3%, EM MÉDIA, NAS TARIFAS DE ENERGIA, APONTA ESTUDO

Impacto acontecerá pelo fato de que várias usinas passarão a vender a preços do mercado. Mas empresa diz que outras medidas previstas no projeto de lei vão mitigar esse efeito

Por Ramona Ordoñez



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23532108-e9b-e20/FT1086A/652/xEletrobras.jpg.pagespeed.ic.WB2dVbIA2m.jpg>

A privatização da Eletrobras foi anunciada em 2017 Foto: Nadia Sussman / Bloomberg

RIO — A privatização da da Eletrobras, maior geradora e transmissora de energia do país, terá um impacto da ordem de 3% nas tarifas de energia elétrica pagas pelos consumidores. Isso porque várias usinas hidrelétricas antigas pertencentes

à estatal passarão a vender, a valores do mercado livre.

São ao todo 13 usinas hidrelétricas das subsidiárias Chesf, Eletronorte e Furnas, que, hoje, vendem a energia a preços muito baixos fixados em um chamado "regime de cotas".

Com a operação de capitalização da Eletrobras, prevista para o próximo ano, essas usinas terão de ser "descotizadas", para voltarem a participar dos leilões de energia e passarem a cobrar preços competitivos do mercado.

O impacto nas tarifas por conta da privatização da Eletrobras consta de um estudo inédito realizado pela TR Soluções, empresa de tecnologia aplicada do setor elétrico.

O estudo conclui que o reflexo nas tarifas de energia da chamada "descotização" dessas usinas pesará no bolso dos consumidores a partir dos reajustes anuais, que ocorrerão de julho de 2021 a julho de 2022.

Diretor de Regulação da TR Soluções, Helder Sousa destacou que, apesar do aumento de preços nas tarifas, a descotização dessas usinas é necessária não apenas para viabilizar a operação de privatização da Eletrobras, mas também para retirar dos consumidores o peso de ter de assumir os riscos hidrológicos (tarifas mais elevadas por conta do acionamento de termelétricas para poupar os reservatórios de hidrelétricas).

— O risco hidrológico das usinas em cotas e outras usinas da Eletrobras está sob responsabilidade dos consumidores. Ao descoitar, o risco hidrológico deixa de existir para os consumidores. O que faz sentido, pois quem tem mais gestão sob o risco de chover ou não? É quem está ali na frente, o gerador, ele tem capacidade de gerir esse risco de forma mais eficiente do que o consumidor — ressaltou Helder Sousa.

Ao todo, serão seis usinas da Chesf e uma da Eletronorte — que atuam no Norte e Nordeste — e outras seis de Furnas (Sudeste) que estão com seus preços fixados em cotas, bem abaixo do mercado. Essas usinas representam um total de 7.451 Megawatts (MW) de energia que podem gerar (garantia física). O preço médio das tarifas dessas usinas é de R\$ 73,27 o Megawatt/hora (MW/h).

Existem no país um total de 13.298 MW gerados por usinas que operam em regime de cotas, dos quais 56%, ou seja, os 7.451 MW, são de usinas do grupo Eletrobras.

Assim que o Projeto de Lei (PL) que autoriza a capitalização da Eletrobras for aprovado no Congresso, uma das etapas para realizar a operação no mercado de capitais será a retirada dessas usinas cotizadas, que passarão então a oferecer sua energia a preços de mercado nos futuros leilões de energia.

Para se ter uma ideia da diferença de preços, os contratos de compra de energia de usinas hidrelétricas da Light são de um valor médio de de R\$ 176,18 o MW/h.

O estudo considerou 39 empresas que representam 98% do mercado de distribuição. Segundo apurou o estudo, os preços médios de venda de energia das seis hidrelétricas da Chesf é de R\$ 68,55 o MW/h.; da Eletronorte, R\$ 68,21; e de Furnas, R\$ 83,96 o MW/h.

— O estudo manteve todas as demais variáveis estáveis, alterando o parâmetro da descotização, e o impacto médio no Brasil é de 3% para todos os consumidores — destacou Sousa.

Essas usinas do grupo Eletrobras renovaram os contratos de concessão sob regime de cotas em 2013, em meio a uma série de medidas do governo da então presidente Dilma Rousseff.

A partir da Medida Provisória nº 579, foi feita a renovação de contratos de concessão, para forçar a baixa das tarifas de eletricidade.

A Eletrobras foi obrigada a aceitar mudar essas usinas para o regime de cotas, por ser uma empresa estatal. As mudanças feitas pelo governo provocaram um grande desarranjo no setor elétrico e graves dificuldades financeiras em várias empresas nos anos seguintes.

Na época, a justificativa do governo para as cotas era de que aquelas usinas, por serem antigas, já renderam ganhos aos acionistas e, assim, poderiam passar a gerar energia a um valor que cobria apenas custos de operação e manutenção.

Eletrobras: menos impactos com outras medidas

A Eletrobras, por sua vez, explicou que outras medidas propostas no Projeto de Lei (PL) nº5.877/2019, que está para ser votado no Congresso e viabiliza sua privatização, vão resultar em maiores benefícios para os consumidores, minimizando os impactos tarifários, com a descotização das usinas hidrelétricas de suas subsidiárias.

A companhia explicou que o fim da contratação da energia dessas usinas (com o fim das cotas) pode ser feita de forma gradual, num prazo mínimo de três anos e máximo de dez anos.

Outro ponto positivo destacado pela Eletrobras é que 1/3 dos recursos adicionais que serão obtidos com as tarifas maiores dessas usinas serão revertidos para a modicidade tarifária por meio da destinação dos mesmos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), responsável pelo custeio de vários subsídios presentes na tarifa de energia elétrica.

"Neste sentido, sem considerar esses dois efeitos mencionados, o resultado do estudo (da TR Soluções) é maior do que o impacto que será realmente sentido pelos consumidores", destacou a Eletrobras.

Para Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a retirada do regime de cotas dessas usinas será necessária para a sua privatização. Ele lembra que outras medidas poderão constar do PL para minimizar tais efeitos.

— Se for privatizar, vai ter que descotizar, porque isso é que vai aumentar o valor da Eletrobras. Hoje a companhia recebe entre R\$ 50 ou R\$ 60 o MW/h, e vai passar a vender por R\$ 130 o MW/h, por exemplo. A empresa se valoriza, o governo arrecada mais com a privatização. Também concordo que vai aumentar a tarifa, mas a questão é a oportunidade. Essa vai ser a estratégia que o governo vai ter que adotar, porque o objetivo da privatização da Eletrobras é a arrecadação, diminuir o déficit fiscal, e com isso haverá um aumento tarifário que vai depender muito de qual será a perspectiva dos preços no mercado livre — disse Castro.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 11/09/2020

BOLSONARO QUALIFICA PORTO EM SC E TERMINAIS PORTUÁRIOS EM SANTOS NO PROGRAMA DE CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO

Lista de projetos qualificados também inclui rodovias federais



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24632094-dfd-d1c/FT1086A/652/65742297_EC13-03-2017Homens-trabalham-no-navio-Kypros-sendo-abastecido-de-soja-no-terminal-T.jpg

Navio sendo abastecido no Porto de Santos Foto: Paulo Whitaker / Reuters

concessões e privatizações do governo federal.

BRASÍLIA — Um decreto do presidente Jair Bolsonaro, publicado nesta sexta-feira, incluiu uma série de terminais portuários e o Porto Público de Itajaí no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o departamento de

Entre os terminais, estão dois no porto de Santos, o maior do Brasil. O decreto também incluiu 26 trechos de rodovias federais no Plano Nacional de Desestatização (PND), qualificou duas rodovias para fins de estudo para a concessão e dois trechos da BR-174 para apoio ao processo de licenciamento ambiental.

A qualificação do empreendimento permite que eles sejam concedidos à iniciativa privada, mas ainda há outras fases do processo que precisam ser cumpridas para chegar a esse fim.

Titular da Senacon: 'Falar em uso político do órgão é falta de conhecimento', diz responsável por fiscalização de preços no governo

De acordo com o governo, o objetivo da desestatização do porto de Itajaí é que a "gestão privada traga uma maior eficiência à administração".

"A desestatização permitirá a realização dos necessários investimentos para que a infraestrutura seja capaz de acompanhar o potencial crescimento da demanda", acrescenta a Secretaria-geral da Presidência.

Confira a lista dos projetos qualificados:

- Terminais MAC11 e MAC13, no porto de Maceió (AL)
- Terminal MUC01, no porto de Mucuripe (CE)
- Terminal TERSAB, no Complexo Portuário de Areia Branca (RN)
- Terminais STS08 e STS08A, no porto de Santos (SP)
- Porto Organizado de Itajaí (SC)
- BR-153/PR - trecho entroncamento BR-272(A) (para Japira, Estado do Paraná) - entroncamento BR-376
- - BR-153/PR - trecho entroncamento acesso Imbituva, Estado do Paraná - entroncamento BR-277
- BR-158/PR - trecho entroncamento PR-317/465(B) (Peabirú, Estado do Paraná) - entroncamento BR-272(B)/369(A)
- BR-163/PR - trecho entroncamento BR-280(A)/373(A) (divisa do Estado de Santa Catarina com o Estado do Paraná) - entroncamento BR-272(A) (acesso para Guaíra, Estado do Paraná)
- BR-163/PR - trecho entroncamento Avenida Almirante Tamandaré (fim do perímetro urbano de Guaíra, Estado do Paraná) - divisa entre o Estado do Paraná e o Estado de Mato Grosso do Sul (fim da Ponte sobre o Rio Paraná)
- BR-277/PR - trecho Ponte sobre o Rio Emboguaçu - entroncamento BR-116(A) (contorno leste Curitiba, Estado do Paraná)
- BR-277/PR - trecho entroncamento BR-476(B) - início da Ponte da Amizade/fronteira Brasil/Paraguai
- BR-277/PR - trecho entroncamento BR-277 (km 722,6) (acesso segunda Ponte Rio Paraná) - fronteira Brasil/Paraguai (segunda Ponte Internacional)
- BR-369/PR - trecho entroncamento BR-153(B) - entroncamento PR-862(A) (contorno norte de Iporã, Estado do Paraná)
- BR-369/PR - trecho entroncamento PR-862(B) contorno norte de Iporã, Estado do Paraná (trecho urbano) - acesso oeste Cambé, Estado do Paraná/início contorno Rolândia, Estado do Paraná

- BR-369/PR - trecho fim contorno Rolândia, Estado do Paraná - entroncamento PR-170 (início contorno norte Apucarana, Estado do Paraná)
- BR-369/PR - trecho entroncamento PR-170 (fim contorno norte Apucarana, Estado do Paraná) - entroncamento BR-376(B) (Jandaia do Sul, Estado do Paraná)
- BR-369/PR - trecho entroncamento BR-158(A)/272(B) (anel viário Campo Mourão, Estado do Paraná) - entroncamento BR-277/467 (Cascavel, Estado do Paraná - trevo das Cataratas, Estado do Paraná)
- BR-373/PR - trecho entroncamento BR-487(A)/PR-151 (Ponta Grossa, Estado do Paraná) - entroncamento BR-277(A) (Relógio, Estado do Paraná)
- BR-376/PR - trecho entroncamento PR-577 (para Porto São José, Estado do Paraná) - entroncamento PR-317(A) (para Floresta, Estado do Paraná)
- BR-376/PR - trecho entroncamento PR-323 (contorno sul Maringá, Estado do Paraná) - entroncamento PR-897(A) (contorno sul Marialva, Estado do Paraná)
- BR-376/PR - trecho fim contorno sul Marialva, Estado do Paraná - entroncamento BR-369(A)/466(A) (Jandaia do Sul, Estado do Paraná)
- BR-376/PR - trecho entroncamento PR-170 (fim contorno norte Apucarana, Estado do Paraná) - entroncamento BR-277(A)/PR-428 (São Luiz do Purunã, Estado do Paraná)
- - BR-376/PR - trecho entroncamento BR-476(A) (para Araucária) - entroncamento BR-116(A)/476(B) (Curitiba Sul/Pinheirinho, Curitiba, Estado do Paraná)
- BR-467/PR - trecho entroncamento BR-163(B) - entroncamento BR-277/369 (Cascavel, Estado do Paraná- trevo das Cataratas, Estado do Paraná)
- BR-476/PR - trecho entroncamento BR-376(B)/277 (para Araucária, Estado do Paraná) - entroncamento PR-427 (para Porto Amazonas, Estado do Paraná) (Lapa, Estado do Paraná)
- BR-230/PA - trecho entroncamento BR-230 - Porto de Miritituba, Estado do Pará - acesso
- BR-230/PA - trecho Igarapé São Joaquim (divisa Rurópolis, Estado do Pará/Itaituba Estado do Pará) - entre BR-163 (B) (Campo Verde, Estado de Mato Grosso);
- BR-135/MA - trecho entroncamento BR-135 (para Pedrinhas, São Luís, Estado do Maranhão) - entroncamento Itaqui-Bacanga, São Luís, Estado do Maranhão
- - BR-135/MA - trecho acesso Aeroporto Internacional de São Luís Marechal Cunha Machado, Estado do Maranhão - entroncamento BR-316(B) (Peritoró, Estado do Maranhão)
- BR-316/MA - trecho entroncamento BR-135(B)/MA-020 (Peritoró, Estado do Maranhão) - entroncamento BR-226(B)/343(A) (divisa Timon, Estado do Maranhão/Teresina, Estado do Piauí)

Fonte : O Globo - RJ

Data : 11/09/2020

UNIÃO DEPOSITA ÚLTIMA PARCELA DE SOCORRO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

Valor de R\$ 15 bi marca fim de auxílio que foi marcado por idas e vindas

Por *Marcello Corrêa*

BRASÍLIA - O governo federal depositou nesta sexta-feira a última parcela do socorro a estados e municípios, aprovado para mitigar os efeitos da crise do novo coronavírus sobre os governos locais.

O repasse foi de R\$ 15,037 bilhões — o mesmo valor distribuído nas outras três prestações. A operação foi realizada pelo Banco do Brasil.

O pagamento marca o fim de um auxílio aos entes da federação marcado por muitas idas e vindas.

Inicialmente, deputados propuseram que a União compensasse as perdas na arrecadação de ICMS (estadual) e ISS (municipal) causadas pela pandemia.

A ideia foi fortemente criticada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que viu na medida um "cheque em branco". Além disso, havia o temor de que a regra fosse alvo de questionamentos na Justiça no futuro e obrigasse o governo federal a fazer repasses adicionais depois da crise.

A divergência foi marcada pela escalada da tensão entre Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defendia o modelo original. Recentemente, os dois voltaram a se chocar, dessa vez por causa da reforma tributária.

O formato final do auxílio foi definido após o ministro da Economia, Paulo Guedes, articular um novo texto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), prevendo parcelas fixas que totalizam mais de R\$ 60 bilhões em repasses.

A primeira parcela foi depositada no dia 9 de junho, a segunda, no dia 13 de julho e a terceira, em 12 de agosto.

O texto prevê ainda o congelamento de salários de servidores públicos da União, estados e municípios até dezembro de 2021. A medida foi incluída como contrapartida à ajuda federal.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 11/09/2020

EQUIPE DE GUEDES COBRA EXPLICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA POR NOTIFICAR SUPERMERCADOS

Em ofício à Senacon, pasta da Economia questiona decisão de pedir explicações a varejistas sobre alta nos preços de alimentos

Por Marcello Corrêa



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24609807-147-7ab/FT1086A/652/x89237451_EC-Brasilia-BSB-19-08-2020-Solenidade-de-Sancao-de-Medidas-Provisorias-de-Facilitacao-d.jpg.pagespeed.ic.vvElxO7rbJ.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA - O Ministério da Economia questionou nesta quinta-feira a decisão da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) — ligada ao Ministério da Justiça — de notificar supermercados pela alta de preços de alimentos da cesta básica.

No entanto, o presidente Jair Bolsonaro afirmou na noite desta quinta-feira que autorizou a ação do Ministério da Justiça. Ele revelou que foi consultado pelo ministro titular da pasta, André Mendonça, se poderia fazer a notificação. E respondeu ao ministro: "Pode e ponto final."

O pedido de esclarecimento foi feito por meio de um ofício, ao qual o GLOBO teve acesso, assinado por Geanluca Lorenzon, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade da pasta liderada pelo ministro Paulo Guedes.

No documento, o secretário pede que a Senacon aponte medidas para "garantir que a aplicação do Código de Defesa do Consumidor não resultará em controle de preços ou qualquer outra

incompatibilidade com os princípios de economia de mercado firmados na Constituição", diz trecho do ofício.

O ofício também pede que a pasta indique "provocações recebidas de diferentes órgãos ou entidades consumistas que tenham requisitado ou sugerido controle coercitivo de prática de preços sobre o setor".

As notificações da Senacon foram enviadas na quarta-feira, diante da alta de preços de produtos da cesta básica, como arroz e soja.

As empresas intimadas devem apresentar à pasta, entre outras informações, quais são os fornecedores dos itens que mais aumentaram de preço e as notas fiscais dessas operações.

Citação ao pensador liberal Hayek

A medida foi considerada, nos bastidores da equipe econômica, uma reedição do controle de preços que vigorou nos anos 1980 no Brasil, sem sucesso. Além de ser contra o ideário liberal de Paulo Guedes.

Um auxiliar próximo ao ministro classificou a ação como "para inglês ver", apontando que não teria êxito.

O episódio marca mais uma queda de braço entre a ala liberal do governo, representada por Guedes, e outra que defende mais intervenção do Estado na economia.

De viés liberal como o ministro, Lorenzon abre a carta ao Ministério da Justiça com uma citação de um discurso do economista austríaco Friedrich Hayek, prêmio Nobel de Economia, referência do liberalismo:

"Quanto mais o Estado planeja, mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos".

A Senacon justificou que as notificações têm o objetivo de verificar se não há prática de preço abusivo, e que tomou a ação baseada no artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor, que completa 30 anos em 2020.

Leia mais: O que os donos de supermercados acharam do pedido de Bolsonaro para reduzir a margem de lucro

No ofício encaminhado à pasta, no entanto, o secretário de Guedes indica que o texto não é mais adequado aos dias atuais.

"O Código de Defesa do Consumidor foi elaborado durante a vigência de paradigmas econômicos que se alteraram, tanto no Brasil quando no resto do mundo", diz outro trecho do documento.

O texto ainda aponta que "medidas de controle, restrição ou direcionamento de preços exercem efeitos prejudiciais sobre a reputação da economia brasileira e de suas instituições".

Fonte : O Globo - RJ

Data : 11/09/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COM 18 MIL KM DE FERROVIAS ABANDONADAS NO PAÍS, BOLSONARO VAI À BAHIA ANUNCIAR 18 KM DE TRILHOS

Associação que representa os usuários do transporte de cargas no País cobra mudanças regulatórias para o setor e a criação de um programa de revitalização para os trechos sem uso
Por Patrik Camporez, enviado especial, O Estado de S.Paulo

SÃO DESIDÉRIO (BA) - O presidente Jair Bolsonaro fez uma viagem ao interior da Bahia, nesta sexta-feira, 11, para o lançamento da construção de 18 quilômetros de trilhos no Estado. Em ofício endereçado ao governo, no entanto, a associação que representa os usuários de transporte de cargas no País relatou que há no País 18 mil quilômetros de ferrovias "abandonadas".



<https://img.estado.com.br/resources/jpg/8/0/1599849685208.jpg>

Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) em São Desidério, na Bahia. Foto: Alan Santos/PR

O documento, o qual o Estadão teve acesso com exclusividade, foi protocolado no Ministério da Infraestrutura. Nele, a Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut) expôs dados de subutilização e abandono de ferrovias, além das "preocupações dos usuários quanto a possíveis reduções na oferta de capacidade de transporte

ferroviário em determinadas regiões", a curto e médio prazo.

"Estas preocupações se baseiam em informações da existência de processos de caducidade (fim dos contratos) de malhas ferroviárias, bem como sobre a devolução de trechos", diz o ofício. De acordo com a associação, os trechos abandonados e subutilizados representam 60% de toda malha que foi privatizada desde 1996.

"São 18 mil km de vias férreas nesta situação, as quais podem se tornar produtivas, na forma de trechos agregadores de carga e de passageiros", diz Luis Baldez, presidente da ANUT. A entidade ainda cobra, no documento, que o governo faça a reorganização dos atuais marcos regulatórios de trilhos.

Na visita à Bahia, que ocorreu no sertão do município de São Desidério, no oeste do Estado, Bolsonaro assinou um termo de parceria entre a Valec e o Exército Brasileiro para a construção de um trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol).

No ofício endereçado ao governo, no entanto, a Anut propõe, além da mudança regulatória no setor, que o governo crie um programa de revitalização de trechos abandonados, com o objetivo de recuperar o patrimônio público e aumentar a oferta de transporte ferroviário.

O Ministério da Infraestrutura informou ao Estadão, por meio de nota, que os trechos ferroviários abandonados, subutilizados ou inoperantes no País são passivos existentes desde antes das concessões ferroviárias realizadas na década de 90. "O Estado, por incapacidade operacional e financeira, precisou passar à iniciativa privada toda a sua rede ferroviária", afirmou.

"Ademais, a dinâmica logística do País tem mudado nesses últimos 20 anos, sendo natural que origens e destinos de carga tenham deixado de existir em algumas ferrovias, em razão, inclusive, de competição com os modos rodoviário e aquaviário", completa o órgão.

Com relação aos trechos em que for comprovada a viabilidade econômica, o ministério justifica que esses "estão sendo incluídos como obrigação de recuperação pelas concessionárias ferroviárias nos processos de prorrogação antecipada".

Como mostrou o Estadão, investidores privados estão prontos para tocar R\$ 13,140 bilhões em ferrovias desde que o governo passou a permitir que as atuais concessionárias de ferrovias façam a renovação antecipada de seus contratos.

Essas concessões, que começariam a vencer somente entre 2026 e 2028, começaram a ser renovadas por mais 30 anos. Em troca, porém, o governo firmou acordos financeiros bilionários, com a inclusão do chamado “investimento cruzado”, o que vai redefinir a matriz do transporte de cargas no País.

Esses contratos não só garantem a renovação das malhas onde a concessionária já atua, como também abrem espaço para que o governo financie projetos estruturais que, nos últimos dez anos, amarelavam nas prateleiras de gabinetes de Brasília.

De acordo com o governo, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 261/2018, que institui no setor ferroviário o regime de autorização, proporcionando um novo modelo regulatório ao investimento privado.

Isso deverá, segundo o ministério, viabilizar a operação de novas short-lines, pequenas ferrovias com regulação própria, vocacionadas a levar carga aos principais corredores ferroviários, sem a necessidade de um processo de concessão tradicional. Além disso, a aprovação do projeto irá facilitar o procedimento de redirecionamento das atuais malhas abandonadas para outros usos e operadores, ressalta a pasta.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 11/09/2020

GOVERNO RENOVA COTA DE IMPORTAÇÃO DO ETANOL DOS EUA POR TRÊS MESES

A cota deve ser de 62,5 milhões de litros, ou 187,5 milhões de litros, mesmo montante ao que vigorava até o fim de agosto

Por Lorena Rodrigues e Gustavo Porto, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Câmara de Comércio Exterior aprovou na noite desta sexta-feira, 11, a prorrogação por mais 90 dias da cota pela qual os Estados Unidos podem exportar etanol sem tarifa para o Brasil, apurou o Estadão/Broadcast. De acordo com fontes, mesmo o Ministério da Agricultura, que era contrário à renovação, votou de forma favorável porque a prorrogação deverá ser acompanhada de um comunicado conjunto dos governos de Brasil e Estados Unidos sobre a intensificação das negociações entre os dois países acerca do comércio de etanol, açúcar e milho. A expectativa no governo brasileiro é que esse texto seja divulgado ainda nesta sexta-feira.

A cota deve ser de 62,5 milhões de litros, ou 187,5 milhões de litros para os três meses. O montante é equivalente à cota que vigorava até o fim de agosto. Em troca da isenção de tarifas para o etanol dos EUA, os brasileiros querem negociar o aumento da exportação sem taxas do açúcar do Brasil para o país norte-americano.

O presidente Jair Bolsonaro havia sido convencido a renovar a cota de isenção, que venceu em agosto, mas a decisão ainda dependia de fechar a divulgação do comunicado para os EUA. A avaliação é que, depois de mais de um ano de negociações, um documento dos EUA que informe a intensificação das conversas nos próximos três meses seria importante para apaziguar os ânimos dos produtores brasileiros. O presidente vem sofrendo pressão de parlamentares do Nordeste, que é o destino do etanol americano, pela não renovação da cota.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a renovação da cota de isenção para importação de etanol dos Estados Unidos abriu uma disputa no governo brasileiro e colocou em lados opostos os ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores.

O chanceler Ernesto Araújo defende a prorrogação para dar mais prazo para a negociação do acordo, mas a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assim como os produtores de cana-de-açúcar, é contrária à renovação da cota e quer utilizar a cobrança em vigor da tarifa como instrumento de pressão para que saia o acordo, que já vem sendo discutido há mais de um ano. Em troca da isenção de tarifas para o etanol dos EUA, os brasileiros querem aumentar a exportação sem taxas do açúcar do Brasil para o país norte-americano.

De acordo com fontes que acompanham a negociação, Bolsonaro estaria convencido da necessidade da renovação da cota. A avaliação, no entanto, é que, depois de mais de um ano de negociações, um comunicado dos EUA que informe a intensificação das conversas nos próximos três meses seria importante para apaziguar os ânimos dos produtores brasileiros. O presidente vem sofrendo pressão de parlamentares do Nordeste, que é o destino do etanol americano, pela não renovação da cota.

Segundo a reportagem apurou, o assunto poderia entrar em reunião do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) ainda nesta sexta-feira, ou ser decidido em reunião extraordinária da câmara na próxima semana.

Desde o início deste mês, todo o etanol vendido pelos EUA ao Brasil paga tarifa de 20%. Até então, havia uma cota de 750 milhões de litros por ano que poderia ser exportada sem taxa, cujo prazo expirou em agosto.

A questão do etanol é sensível para a campanha de reeleição do presidente Donald Trump, que está de olho nos votos do chamado "corn belt", onde é produzido o milho, do qual é feito o etanol dos EUA. No início de agosto, o presidente americano, sem dar detalhes, ameaçou retaliar o Brasil pela cobrança de taxas sobre o etanol e disse que era necessário uma "equalização de tarifas".

Para os brasileiros, etanol e açúcar são derivados da cana e uma isenção de tarifas na compra do açúcar brasileiro seria ideal, o que permitiria a contrapartida de isenção do etanol americano. Nos EUA, porém, são dois lobbies distintos, já que lá o açúcar é feito de beterraba e o etanol, de milho.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 11/09/2020

BOLSONARO DIZ QUE VAI USAR EXÉRCITO E 'CRIATIVIDADE' PARA CONSTRUIR FERROVIAS

Presidente visitou obra na Bahia que terá a participação de militares na construção de 18 quilômetros de trilhos

Por Patrik Camporez, enviado especial , O Estado de S.Paulo

SÃO DESIDÉRIO (BA) - Rodeados de militares e operários, em um remoto canteiro de obras no oeste da Bahia, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmaram que vão usar a "criatividade" e a atuação do Exército para melhorar a estrutura ferroviária do País.

"Nós temos um grande compromisso com a nação, que é fazer com que as obras aconteçam com menos recursos ou muitas vezes com criatividade", afirmou Bolsonaro. "A capacidade do Tarcísio de negociar, de convencer, é enorme e essas obras estão aos poucos aparecendo no nosso Brasil", elogiou o presidente, com discurso de campanha.

Ele vem fazendo uma série de viagens ao Nordeste para capitalizar medidas aprovadas pelo Congresso e obras iniciadas em gestões passadas. Pesquisas apontam que foi o presidente quem mais ganhou com o pagamento do auxílio emergencial dado aos trabalhadores informais que perderam renda por causa da pandemia de covid-19.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/6/1599853074268.jpg>

Presidente Jair Bolsonaro e ministro Tarcísio de Freitas visitam obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste
Foto: Gabriela Biló/ Estadão



Bolsonaro e o ministro participaram, nesta sexta-feira, 11, da assinatura de um termo de parceria entre a Valec (estatal que cuida dos trilhos) e o Exército Brasileiro para a construção de um trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). “Será que dessa vez vai? Vai, porque o governo Bolsonaro é diferente. Vai, porque o governo Bolsonaro promete e entrega. Vai porque há criatividade, porque há vontade”, disse Tarcísio, lançando outro questionamento: “Mas e o recurso?” O recurso a gente vai desenvolver com criatividade”, respondeu a ele mesmo.

O Estadão já noticiou que a iniciativa privada é responsável por três projetos ferroviários, com investimentos previstos de R\$ 13 bilhões, que devem dobrar a participação dos trilhos na matriz do transporte de cargas no País.

No entanto, outro movimento da "criatividade" de Tarcísio foi visto com ressalvas pela equipe, porque pode ser interpretada como drible às regras fiscais. Neste mês, o Ministério da Infraestrutura tentou repassar R\$ 1,2 bilhão em recursos de um acordo judicial para bancar obras da linha 2 do metrô de Belo Horizonte sem passar pelo Orçamento ou pelo caixa do Tesouro Nacional. O Ministério da Economia foi contra e disse que os recursos precisarão passar pelo Orçamento.

A obra completa da ferrovia, segundo o governo, terá aproximadamente 1.527 quilômetros e ligará o futuro Porto Sul, em Ilhéus (BA), à cidade de Figueirópolis, no Tocantins. O Exército vai atuar na construção de 18 quilômetros do lote 6 da ferrovia, próximo a Correntina (BA). Segundo o governo, essa é a primeira vez, desde 1990, que um batalhão de engenharia assume uma obra de ferrovia. Durante a agenda na Bahia, o presidente e o ministro sobrevoaram o trecho onde o Exército vai atuar.

O governo calcula que, para ficar pronta, a obra dependerá de R\$ 8,9 bilhões em recursos. Primeiro a se pronunciar na cerimônia, o presidente da Valec, André Kuhn foi quem cobrou mais verbas para as obras avançarem.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 11/09/2020

Valor ECONÔMICO
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

RIO TINTO MUDA COMANDO PARA ACALMAR INVESTIDORES

Troca está prevista para o fim de março em razão da repercussão da destruição de um sítio histórico aborígene na Austrália Ocidental

Por Neil Hume e Jamie Smyth, *Financial Times*, *Valor* — *Financial Times*, de Londres e Sydney

O executivo-chefe da Rio Tinto, Jean-Sébastien Jacques, renunciará no fim de março em razão da repercussão da destruição de um sítio histórico aborígene na Austrália Ocidental.

A empresa informou que dois outros altos executivos (Chris Salisbury, chefe da área de minério de ferro, e Simone Niven, diretora de questões empresariais, responsável pelos assuntos

aborígenes) também deixarão a Rio Tinto, como parte das medidas para lidar com a reação dos investidores contra sua decisão de destruir o sítio, de 46 mil anos.



[https://s2.glbimg.com/GGpEnYinQ6XQjqrwX59y4bZ9bRQ=/0x0:4000x2250/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/t/u/qB6zcgQMeAs6epyzBMTw/rt-j-s-jacques.jpg](https://s2.glbimg.com/GGpEnYinQ6XQjqrwX59y4bZ9bRQ=/0x0:4000x2250/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/t/u/qB6zcgQMeAs6epyzBMTw/rt-j-s-jacques.jpg)

Jean-Sébastien Jacques, presidente-executivo da Rio Tinto, aceitou renunciar — Foto: Reprodução/riotinto.com

O presidente do conselho de administração da Rio Tinto, Simon Thompson, disse que Jacques concordou em renunciar como executivo-chefe e que o processo para encontrar um substituto já está em andamento. Ele acrescentou que Jacques continuará no cargo até 31 de março ou até a indicação de um sucessor.

A Rio Tinto tem encontrado dificuldade para conter os danos à sua reputação depois de ter destruído em maio duas áreas onde estavam refúgios aborígenes sagrados em Juukan Gorge, na região de Pilbara, na Austrália Ocidental, para expandir uma mina de minério de ferro. As operações de minério de ferro da empresa, que geram mais de 90% do lucro, têm essa região com uma de suas principais áreas de operação.

“O que aconteceu em Juukan foi errado e estamos determinados a garantir que a destruição de um local ancestral de tal significado cultural e arqueológico nunca volte a ocorrer numa operação da Rio Tinto”, disse Thompson. “Também estamos determinados a reconquistar a confiança da população de Puutu Kunti Kurram e de Pinikura e dos donos tradicionais [como se costuma referir no país às comunidades aborígenes]”, acrescentou.

“Demos ouvidos às preocupações dos acionistas e outras partes interessadas, de que a falta de prestação de contas individual corrói a capacidade do grupo de reconquistar essa confiança e de seguir adiante para implementar as mudanças identificadas na análise do conselho de administração”, disse.

As ações da Rio Tinto negociadas em Sydney chegaram a recuar 1,5% depois do anúncio, mas se recuperaram um pouco e fecharam em queda de 0,6%. O índice referencial S&P/América do Sul 200 caiu 0,8%.

Salisbury renunciará como chefe da área de minério de ferro em caráter imediato e deixará a Rio Tinto em 31 de dezembro. Ivan Vella, diretor-gerente de serviços essenciais, ferrovias e portos, assumirá o cargo de forma interina.

Niven saíra do grupo no fim do ano e uma nova função de desempenho social, chefiada por Mark Davies, outro executivo da Rio Tinto, passará a ter a responsabilidade de supervisionar questões ligadas ao patrimônio histórico e às comunidades locais.

A Rio Tinto recebeu permissão legal para demolir o local em 2013, mas foi duramente criticada por não mudar os planos com mais rapidez, depois de a importância arqueológica das cavernas ter ficado mais clara.

Alguns especialistas compararam a destruição do local ao tipo de vandalismo cultural realizado pelo Taleban.

De início, a Rio Tinto sustentou que o incidente se tratou de um “mal-entendido”, indicando que não fora alertada do significado cultural do local pelos donos tradicionais a tempo de evitar a demolição.

Jacques fez seus primeiros comentários públicos sobre a demolição duas semanas depois de ocorrida. Em testemunho a parlamentares em agosto, Jacques disse que não tinha conhecimento da importância das cavernas antes de serem explodidas.

A reação inicial do conselho de administração à crise foi duramente criticada por grandes fundos de pensão australianos e alguns pequenos investidores no Reino Unido.

Depois de uma análise dos eventos que resultaram nas explosões, o conselho cortou um total de 4 milhões de libras esterlinas (US\$ 5,2 milhões) da bonificação de Jacques, Salisbury e Niven, mas continuou defendendo que eram as pessoas certas para comandar a resposta da empresa ao incidente.

O grupo de defesa dos investidores Accr considera que as renúncias na Rio Tinto representam um momento importante para o ativismo dos acionistas.

“A democracia dos acionistas e a atuação dos investidores estão mais do que vivas na Austrália”, disse James Fitzgerald, diretor jurídico da Accr. “No futuro, os capitães das empresas podem pensar duas vezes antes de tentar enganar os investidores, nem se fala [enganar] um inquérito parlamentar”, acrescentou.

Alguns investidores, porém, não ficaram satisfeitos. O fundo de pensão Hesta, que administra 52 bilhões de dólares australianos (US\$ 38 bilhões), informou que o conselho de administração não demonstrou adequadamente que tinha medidas apropriadas de governança no que se refere a seus acordos com as comunidades aborígenes.

“Embora acolhamos bem os passos tomados pela Rio hoje, mudanças na liderança sênior não devem desviar a atenção da necessidade de uma análise independente e transparente de todos os atuais acordos entre a companhia e os donos tradicionais”, disse a executivachefe da Hesta, Debby Blakey.

Sem um sucessor interno evidente, a Rio Tinto provavelmente terá que procurar alguém fora da empresa para ser seu próximo executivo-chefe, um nome que além de corrigir a relação com a Austrália aborígene também terá que resolver grandes questões estratégicas, como a dependência excessiva em relação às operações de minério de ferro.

Sob o comando de Jacques, a Rio Tinto vendeu ativos, distribuiu enormes quantias de dinheiro aos acionistas e tornou-se a primeira grande mineradora a deixar de usar o carvão térmico, um combustível fóssil poluente.

Analistas ressaltam, contudo, que seu maior feito foi ter evitado as grandes fusões transformadoras que sobrecarregaram a Rio Tinto no passado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 11/09/2020

À ESPERA DE DECISÃO, ELDORADO TENTA TOCAR ADIANTE SEUS PROJETOS

Expectativa é que tribunal arbitral chegue a veredito neste mês e a decisão, que definirá os rumos do controle da produtora de celulose, seja publicada em outubro

Por Stella Fontes — De São Paulo

O futuro da Eldorado Brasil está perto de ser determinado pela arbitragem. A expectativa é a de que o tribunal arbitral chegue a um veredito neste mês e a decisão, que definirá os rumos do controle da produtora de celulose, seja conhecida publicamente em outubro. E, apesar de J&F Investimentos e Paper Excellence (PE) seguirem se enfrentando dentro e fora dos tribunais, a companhia tem conseguido operar com relativa normalidade e até avançar em alguns projetos.

É o caso da recente vitória no leilão de terminais de celulose no Porto de Santos (SP), que contribuirá para o escoamento da produção atual da fábrica de Três Lagoas (MS) e será ainda mais relevante quando o projeto de expansão da unidade, um investimento de mais de R\$ 10 bilhões, sair do papel. A Eldorado venceu a disputa pelos dois lotes oferecidos no certame, mas pelas regras teve de escolher apenas um. Por R\$ 250 milhões de outorga, levou o arrendamento por 25 anos do terminal STS 14.

Pesquisa de reputação com foco em executivos da produtora de celulose gerou constrangimentos

O sucesso no leilão não dá pistas das dificuldades enfrentadas pela companhia até que as sócias chegassem a um acordo sobre sua participação. O Valor apurou que, assim como outros temas relevantes, a presença da Eldorado na disputa teve de passar pelo órgão de coordenação instituído por determinação da arbitragem - com o objetivo de evitar que interesses de um dos acionistas se sobrepusessem aos da empresa.

Antes disso, advogados da produtora de celulose e da PE tiveram de negociar um acordo para participação no leilão, já que não houve entendimento inicial. Em nota sobre o assunto, a CA Investment, empresa constituída pela PE para compra da Eldorado, disse que notificou a empresa sobre o interesse no leilão. “A CA está confiante na aprovação da participação da Eldorado nos leilões Antaq, desde que os órgãos de governança competentes da companhia tenham tempo hábil para decidir de forma refletida e informada sobre a participação e as propostas a serem submetidas”, diz o documento. “A CA sempre concordou que a Eldorado deveria participar dos leilões Antaq e atuou para viabilizar esta participação”, acrescentou.

Internamente na Eldorado, o momento é de expectativa crescente à medida que se aproxima o fim da arbitragem. Nas últimas semanas, ao menos dois eventos acabaram provocando mal-estar entre seus funcionários. Além da notícia de que a Polícia Civil investiga o hackeamento do sistema de e-mails da J&F e uma possível ligação com a PE, que nega qualquer envolvimento, uma pesquisa de reputação, inicialmente com foco em membros da diretoria da empresa, gerou grande desconforto. Também houve uma rodada posterior de perguntas relativas à imagem de executivos da CA e da própria Paper Excellence.

Conforme fontes da indústria de papel e celulose e de consultorias ouvidas pelo Valor, a agência que fez a pesquisa não revelou quem era seu cliente e buscava levantar impressões sobre alguns membros da diretoria da Eldorado - especialmente se havia alguma relação com a família Batista, que controla a Eldorado - e sua conduta.

A sondagem foi feita também com profissionais subordinados a esses diretores e com profissionais do mercado financeiro. Segundo essas fontes, não é possível concluir quem teria contratado o levantamento. O Valor apurou que mais de uma dezena de funcionários e exfuncionários da Eldorado foi procurada e os relatos foram levados à instância superior. Procuradas, Eldorado e as sócias J&F e PE não se pronunciaram.

Do lado operacional, as receitas da Eldorado têm sido beneficiadas pelo câmbio desvalorizado, mas os preços da celulose de fibra curta persistem nas mínimas deste ciclo. Com vendas maiores do que a produção nos primeiros meses do ano, a companhia opera hoje com estoques mínimos, o que é saudável. Financeiramente, o maior desafio é o vencimento de um bônus de US\$ 350 milhões, em 2021. No ano passado, a Eldorado acabou suspendendo a emissão de outro bônus no mercado externo após questionamentos da PE.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 11/09/2020

BOLSONARO DIZ QUE RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO E JUDICIÁRIO ESTÁ SE APROXIMANDO AOS POUÇOS

Apesar da fala do presidente, o ministro do STF Celso de Mello ordenou que ele terá de prestar depoimento presencialmente sobre suposta interferência na autonomia da PF

Por Fabio Murakawa, Valor — Brasília



[https://s2.glbimg.com/IABsT22NmtWQ03fYjAcXD2i2UDc=/0x0:799x533/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/e/h/hNaKLpTBqGgxCGqCDsPQ/50330364466-d4b4990dcf-c.jpg](https://s2.glbimg.com/IABsT22NmtWQ03fYjAcXD2i2UDc=/0x0:799x533/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/e/h/hNaKLpTBqGgxCGqCDsPQ/50330364466-d4b4990dcf-c.jpg)

O presidente Jair Bolsonaro caminha sobre a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), acompanhado de autoridades — Foto: Alan Santos/PR

Em uma referência à relação com os demais Poderes, que vem sofrendo turbulências ao longo do mandato, o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira, em um evento na Bahia, que a relação entre Executivo e Judiciário está se "aproximando aos poucos". O presidente discursou durante cerimônia alusiva às obras de ampliação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), em São Desidério (BA), que quando concluída ligará Figueirópolis (TO) a Ilhéus (BA).

Hoje, contudo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello ordenou que o presidente terá de prestar depoimento presencialmente, em uma investigação sobre suposta interferência dele na autonomia da Polícia Federal (PF).

"Hoje, eu me faço acompanhar por três deputados da Bahia: José Rocha (PL), João Roma (Republicanos) e Doutor João (Pros), demonstrando que há uma perfeita sintonia o Executivo e grande parte do Parlamento brasileiro", disse Bolsonaro. "Assim como, aos poucos, estamos nos aproximando cada vez mais das autoridades do Judiciário."

A relação do presidente com o Congresso melhorou depois que ele conseguiu atrair o apoio do chamado Centrão. Porém, nos últimos dias ficou evidente que ainda há ruídos na relação com o STF. Na quarta-feira, em uma aparição surpresa na última sessão presidida por Dias Toffoli à frente da Corte, Bolsonaro fez uma declaração que desagradou os ministros. "Cheguei aqui pelo voto, e os senhores chegaram pela indicação de um presidente", afirmou.

O troco veio ontem, com o Marco Aurélio Mello, em discurso na posse de Luiz Fux como novo presidente do Supremo. "Vossa Excelência foi eleito com mais de 57 milhões de votos, mas é Presidente de todos os brasileiros", disse.

"Brasil está vencendo a pandemia"

Durante o evento, Bolsonaro disse que o Brasil, que hoje deve bater a marca de 130 mil mortos pelo coronavírus, está "vencendo a pandemia" e é "um dos países que menos sofreram com a covid-19".

Apesar da fala do presidente, o país só é superado no mundo pelos Estados Unidos em vítimas fatais da doença. E, com a sexta maior população do planeta, tem a terceira maior taxa de infecção do mundo, com 4,238 milhões de casos confirmados e uma enorme subnotificação, segundo especialistas.

"Estamos praticamente vencendo a pandemia. O governo fez tudo para que os efeitos negativos da mesma fossem minimizados", disse Bolsonaro. Ele citou como medidas nesse sentido o auxílio

emergencial, créditos concedidos a pequenas e microempresas e repasse de recursos para Estados e prefeituras para o atendimento de infectados.

"E estamos vendo que já começa a aparecer, em especial na mídia lá de fora, porque na daqui de dentro é difícil aparecer boa notícia, que o Brasil foi um dos países que menos sofreu com a pandemia, dadas as medidas tomadas pelo governo federal", afirmou.

Embora Bolsonaro cite supostas "boas notícias" no exterior, sua atuação já foi criticada por veículos como os britânicos "Financial Times", "The Telegraph" e "The Guardian", os americanos "CNN" e "The New York Times", o espanhol "El País" e o francês "Le Monde", entre outros.

Ao lado do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, Bolsonaro também afirmou que sua prioridade é concluir as obras já iniciadas, caso da Fiol.

"Se lá atrás com [o ex-presidente] JK houve investimento massivo nas rodovias porque o petróleo era barato, e assim era bom para aquela época, depois da crise do petróleo mudou, depois dos anos 70", afirmou. "Mas pouca gente pensou em investir em ferrovias. E nós optamos, antes de investir massivamente em ferrovias e rodovias, é terminar as obras já começadas. E isso demonstra que nós temos zelo pelo recurso público e realmente estamos investindo em algo bom para o nosso Brasil."

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 11/09/2020

LIVE DO VALOR: ÍTALO FREITAS, PRESIDENTE DA AES BRASIL, FALA SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO NESTA SEGUNDA, ÀS 11H

Por Valor

O presidente da geradora de energia AES Brasil, Ítalo Freitas, é o entrevistado desta segunda-feira, 14 de setembro, na Live do Valor. O executivo falará sobre as transformações do setor elétrico brasileiro com a expansão das fontes renováveis e a abertura do mercado livre, e como a AES tem se posicionado diante desse cenário. Recentemente, a companhia se desfez do último ativo de geração térmica no país, passando a concentrar seus investimentos nas fontes eólica e solar.

Com mais de 20 anos de experiência no setor elétrico, Ítalo Freitas é CEO da AES Brasil, uma das maiores geradoras de energia renovável do país. Também é porta-voz de Energia Limpa e Acessível (ODS7) da Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU que tem como objetivo mobilizar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade. Neste ano, se tornou membro do conselho de administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A entrevista será conduzida pelo editor-assistente de Indústria e Infraestrutura, Carlos Alberto Prieto, e pela repórter de Energia, Letícia Fucuchima, em São Paulo. A transmissão pode ser acompanhada pelo site e pelas páginas do Valor no YouTube, LinkedIn e Facebook.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 11/09/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PL PROPÕE ESCOLHA DE PRÁTICOS FORA DE RODÍZIO E REGULAÇÃO DE PREÇOS PELA ANTAQ

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 11/09/2020 - 19:42



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/202122-praticagem.jpg>

Arquivo/Divulgação

Projeto prevê que Marinha possa certificar comandantes a navegar sem praticagem, com base em treinamento em simuladores.

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados confere à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a competência para atuar na regulação econômica dos serviços de

praticagem e fixar limites de preço nas zonas de praticagem. O PL 4.392/2020, de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), prevê que empresas de navegação poderão contratar práticos sem obedecer à escala de serviço. O projeto também propõe que a Marinha possa certificar comandantes de navios de bandeira brasileira a navegar sem praticagem, com base em treinamento em simuladores. A proposta, apresentada no final de agosto, prevê alterações na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997) e na Lei 10.233/2001, que criou a agência reguladora. A proposta foi apensada ao PL-1565/2019, do deputado Augusto Coutinho (SOLIDARI-PE), que também trata da atividade.

O Conselho Nacional de Praticagem (Conapra) considera a escala um pilar da segurança na medida em que, ao impedir que o armador escolha quem prestará o serviço, o rodízio assegura a autonomia do prático em suas decisões. O entendimento do conselho é que o rodízio evita a fadiga do prático e contribui para a manutenção da sua experiência em diferentes manobras e embarcações. Para o Conapra, o PL ameaça a preservação de mares e rios e afeta a segurança do tráfego aquaviário. A entidade defende que, há décadas, a atividade realizada pelos práticos a bordo conduz os navios sem acidentes na entrada e saída dos portos.

O presidente do Conapra, Ricardo Falcão, afirmou que o modelo de praticagem adotado no Brasil é o mais eficiente no mundo. Falcão, que é vice-presidente da IMPA (Associação Internacional de Práticos), ressaltou que os países que incentivaram a concorrência na praticagem tiveram registros de acidentes e acabaram recuando. Ele alertou para a necessidade de o país se precaver para evitar que ocorram novas tragédias ambientais no país, como a de Brumadinho, só que em águas brasileiras.

O Conapra considera que os simuladores não substituem a qualificação tradicional, a qual o prático passa por treinamento mínimo de 12 meses, realizando centenas de manobras supervisionadas até prestar o exame de habilitação a bordo. Após essa etapa, o prático deve executar uma quantidade de operações de praticagem por quadrimestre para se manter habilitado, conforme a Normam-12 da Marinha. “O prático tem que ser treinado apropriadamente no navio que vai conduzir”, defendeu Falcão.

Moreira, autor do PL, justificou que os valores da praticagem para embarcações que transportam soja e milho a partir de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA) são de R\$ 8,77 e R\$ 7,54 por tonelada, respectivamente, o que prejudica a competição pela exportação das commodities. Já o presidente do Conapra argumentou que se perde tempo numa discussão sobre preços, quando o que deveria estar no foco da competitividade são os gargalos de infraestrutura. Falcão questionou porque o problema de custo está na praticagem.

A saca de 60 quilos de soja custa mais de R\$ 130, dependendo do município. No terminal de Santarém (PA), o preço praticado por tonelada é de R\$ 44. Falcão compara que o custo para embarcar 60 mil toneladas por navio é de quase R\$ 3 milhões. Falcão disse que a praticagem é parceria do agronegócio, visto que contribui com a produtividade dos portos. Ele citou que, no

Arco Norte, os navios já podem transportar 80 mil toneladas de carga por navio, quase 50% a mais, graças à batimetria e tábua de marés da praticagem.

O Conapra destacou que 97% das manobras com práticos ocorrem após acordos comerciais junto aos armadores e que, nos demais casos, a Marinha pode arbitrar eventuais divergências com os donos dos navios. O conselho lembra do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que a interferência do Estado na formação de preço de uma atividade privada só é admitida em situações excepcionais de total desordem de um mercado, e por prazo limitado.

Falcão considerou que o PL em questão traz premissas equivocadas sem embasamento ao propor mudanças na escala de práticos e ao apontar que o serviço representa custos altos, quando há setores da cadeia logística com impactos bem maiores nesses custos. Ele estima que o custo da praticagem no Porto de Santos, por exemplo, é de R\$ 0,35, ante cada tonelada de soja (R\$ 2 mil). “Existem outras ineficiências que agregam mais custos à cadeia logística do que a praticagem”, reforçou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2020

EMPRESAS AGUARDAM BR DO MAR, MAS JÁ VISLUMBRAM NOVOS INVESTIMENTOS

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 11/09/2020 - 18:01



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160819-Log-in-cabotagem.jpg>

Arquivo

Entre os planos das empresas estão a expansão da frota e a exploração de novas rotas e terminais.

Apesar das incertezas provocadas pela pandemia do novo coronavírus, o projeto BR do Mar vem criando boas expectativas de mercado para as empresas de navegação que atuam no país. Após importantes investimentos realizados ano passado, que geraram um caixa de R\$ 634 milhões, a Log-In Logística Intermodal vem aguardando as definições do projeto para continuar seguindo com os investimentos, bem e direcioná-los para novas oportunidades de negócios. O BR do Mar já está tramitando em regime de urgência no Congresso Nacional.

De acordo com o diretor comercial da empresa, Mauricio Alvarenga, a Log-In segue avaliando as oportunidades para, no momento adequado, direcionar os recursos para negócios aderentes à prestação de serviços logísticos. Entre os planos está o investimento na expansão da capacidade da frota de navios e em novas oportunidades em áreas de multimodalidade e de terminais intermodais. Além disso, a empresa tem a expectativa de renovar, ainda este ano, o contrato de arrendamento portuário do Terminal de Vila Velha (TVV), no estado do Espírito Santo, operado pela Log-In por mais 25 anos.

A partir do entendimento de que a cabotagem deve ser vista dentro de um contexto de intermodalidade, a empresa vem investindo em serviços mais amplos para os clientes, como em operações customizadas incluindo 3PL e 4PL, além de atividade logística porta a porta. O objetivo, de acordo com o diretor é oferecer uma rede intermodal integrada.

“O plano é continuar investindo no modal”, frisou Alvarenga. Segundo ele, em menos de seis meses, a empresa trouxe duas novas embarcações para o Brasil: o Log-In Polaris de alta tecnologia embarcada e de baixo calado, apenas 10,5 metros; e o Log-In Endurance, que possui capacidade nominal de 2.800 TEUs, capaz de transportar mais carga, porém, com menor impacto

ambiental. Ele ressaltou que a cabotagem vem crescendo nos últimos anos e que já se mostrou muito competitiva frente ao modal rodoviário. “Na última década, cresceu de forma sustentada com taxa média de 13% ao ano, fazendo com que o volume total transportado triplicasse em dez anos”, disse.

Além disso, Alvarenga destacou os benefícios que a cabotagem pode trazer para a sociedade de modo geral, na medida em que colabora para o equilíbrio da matriz de transporte brasileira. “Ela também é sustentável por ser o modal que menos interfere no meio ambiente, pois utiliza de modo natural as vias navegáveis do país e reduz a emissão de CO2 e Nox na atmosfera”, pontuou.

Quem também está de olho nas oportunidades do mercado advindas do BR do Mar é a Mercosul Line, que faz parte do grupo francês CMA CGM de navegação. A empresa divulgou esta semana que começará, a partir do dia 30 deste mês, a operar uma nova rota para cabotagem, ligando terminais do Sudeste e Nordeste. Para este novo empreendimento, a Mercosul adquiriu um navio com capacidade nominal de 1.700 TEUs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2020

ESTUDO DE MODELAGEM DEVE PRIORIZAR OTIMIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES E TARIFAS MAIS BARATAS, DIZ DTA

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 10/09/2020 - 21:29



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200729-porto-de-santos-container-porteiner.jpg>

Consórcio DAGNL vence licitação do BNDES para realizar estudo de modelagem da desestatização dos portos de Santos e São Sebastião.

O contrato firmado com o consórcio de empresas liderado pela DTA Engenharia, DAGNL, foi assinado nesta quarta-feira (09), em Brasília. O consórcio venceu a licitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para realizar estudo de modelagem de desestatização dos portos de Santos e São Sebastião. De acordo com o presidente da DTA, João Acácio, o modelo elaborado deverá apresentar as melhores tendências mundiais de otimização das operações e possibilidades de atratividade para ambos os portos. O evento de assinatura contou com a presença do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, além de representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Além da DTA Engenharia o consórcio conta com as empresas Alvarez e Marçal Consultoria, Garín Infraestrutura Assessoria e Participações e com os escritórios de advocacia Lobo & De Rizzo e Navarro Prado. Para o estudo, cada uma deverá contribuir com sua expertise. A DTA, líder no país em dragagem, ficará responsável pela área de engenharia e meio ambiente. Segundo Acácio, a ideia é que o modelo ofereça uma perspectiva de porto que olhe para o futuro. Ele lembrou que, em vias de aprovação do BR do Mar, o Porto de Santos precisa se preparar para a cabotagem. Além disso, ele destacou também a necessidade de planejamento para receber navios cada vez maiores, o que implica em serviços de dragagens de forma constante.

Uma das tendências mundiais para receber navios de grandes calados, e que deve constar no estudo, segundo Acácio, é a exteriorização do porto. Ele explicou que este método consiste em sair do estuário em direção ao mar para permitir que grandes navios possam atracar. Outros portos do mundo já adotam este tipo de infraestrutura. Ele disse também que o Porto de Santos precisa estar preparado para a crescente produção no pré-sal que demandará navios e terminais especializados.

Outro aspecto que o estudo deve priorizar é a redução de tarifas. De acordo com ele, a preocupação do operador era que o concessionário privado aumentasse os valores do quadro tarifário. Portanto, Acácio garantiu que uma das metas do estudo é manter sempre mais baratos esses valores, pois “essa deve ser a missão nobre de uma concessão”, frisou. A proposta do modelo deve ainda oferecer possibilidades para agilizar a entrada e saída de navios. Ele afirmou que o tempo de espera do navio para carga e descarga no Porto de Santos tem sido um dos maiores problemas que afeta diretamente sua competitividade. “Tem navios que esperam no porto mais de 40 dias”, disse.

O estudo deve começar ainda este mês e tem um prazo de 18 meses para ser concluído. Porém, Acácio afirmou que, possivelmente, em seis meses o consórcio já deverá apresentar elementos concretos para a definição do modelo. Ele ressaltou ainda que o consórcio esteja muito empenhado em tornar a desestatização dos portos de Santos e São Sebastião um modelo para os demais processos de desestatização que estão em andamento, bem como para outros que podem entrar na lista do governo, como é o caso da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2020

PDZS TÊM FOCO NA RELAÇÃO PORTO-CIDADE E AMPLIAÇÃO DO USO DE ÁREAS

Por Dérika Virgolino PORTOS E LOGÍSTICA 10/09/2020 - 20:05



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161129-porto-de-santos-simulado.jpg>

Arquivo

Estão previstos nos novos PDZs arrendamentos de áreas e a melhoria dos acessos para redução da interferência nas cidades.

Alguns portos atualizaram seus Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZs) em 2020 de olho na modernização portuária e na gestão mais eficiente para os próximos anos. E entre as principais diretrizes adotadas dentro desse planejamento, está uma melhor relação porto-cidade, que ainda tem sido alvo de conflitos, sobretudo, nos maiores centro urbanos onde também se encontram os portos de maior movimentação, como é o caso do Porto de Santos.

Com o PDZ aprovado no último mês de julho pelo Ministério da Infraestrutura, o Porto de Santos destaca que o plano foi concebido a partir de duas diretrizes: a eficiência operacional e a integração porto-cidade. Sobre este último aspecto, as principais medidas visam à redução das interferências nos acessos. Um dos projetos previstos no PDZ também é a eliminação de passagens de nível e indução ao desenvolvimento de passarelas com o objetivo de aumentar a segurança dos munícipes. Outros destaques são para a destinação do Cais do Valongo, na região do centro histórico, à movimentação de passageiros dos cruzeiros e a destinação da área da Prainha (Guarujá) à armazenagem e movimentação de carga geral.

Para pensar uma melhor relação porto-cidade, a Santos Port Authority (SPA) disse que realizou uma série de debates envolvendo não apenas a comunidade portuária e players do setor, mas também a sociedade civil. O objetivo foi incorporar no plano as sugestões de cada um dos segmentos. “O resultado é que a projeção de movimentação e ocupação das áreas portuárias trará mais conforto para o munícipe, com a diminuição do tráfego rodoviário, menos poluição do ar e sonora e maior geração de emprego e renda”, afirmou a SPA.

Além dos dois últimos leilões de arrendamentos áreas, realizados no último mês de agosto, o PDZ de Santos projeta mais seis novos arrendamentos, porém, ainda sem detalhes sobre datas e valores dos investimentos, pois dependem da publicação dos editais. Outro porto que também teve o novo PDZ aprovado este ano foi o Supe (PE). O plano trabalha com quatro horizontes:

2020, 2030, 2035 e pós 2035. Segundo informou o diretor de planejamento e gestão do porto, Francisco Martins, em cada um desses horizontes estão previstos ampliações de oferta de área dentro da zona portuária, principalmente berços, agregados à infraestrutura de canais de navegação. A maior parte dessa ampliação é prevista em médio prazo, com a implantação de cinco terminais de movimentação de cargas, nos próximos 15 anos.

Martins afirmou que o Porto de Suape foi pioneiro no conceito de planejamento territorial, e já nasceu inserido dentro do Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife. Isso significa que as movimentações e operações portuárias têm pouca interferência em termos estruturais na cidade, e não gera “mazelas de estrangulamento” comuns a ambientes urbanos. Mas por outro lado, o porto mantém uma relação muito próxima com os munícipes, sobretudo das regiões de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde está localizado. “Poderíamos dizer que a temos uma relação porto-cidade intensa”, frisou Martins.

Uma das diretrizes do PDZ do Porto de Itaqui (MA), que teve seu novo plano aprovado recentemente, é fomentar projetos de arrendamentos que estejam sempre alinhados aos valores de sustentabilidade e responsabilidade social. Além disso, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) disse que acredita nas possibilidades da geração de emprego e renda na região, a partir dos novos projetos de arrendamentos, de forma que sejam muito benéficos para a comunidade.

A EMAP afirmou que no PDZ contém informações sobre áreas arrendadas e as que estão disponíveis para futuros arrendamentos em curto, médio e longo prazos. E dentro do planejamento estratégico do porto vem sendo estudado o momento mais adequado para o lançamento no mercado do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para um terminal de contêineres e de uma termoelétrica movida a GNL.

O Porto de Paranaguá, embora não tenha atualizado o PDZ este ano, destaca que o plano tem sido importante na gestão do porto, na medida em que traz, entre outros aspectos, sugestões para a redução de impactos na relação porto-cidade. Um dos principais impactos está no trânsito de caminhões nas vias de acesso ao porto. De acordo com a Autoridade Portuária, nos últimos 11 dias, por exemplo, passaram por lá 2.500 caminhões. Por esta razão, uma das medidas elaboradas foi a realização do cadastro prévio de caminhões. Com isso, o porto acompanha o caminhão desde sua saída da fazenda para evitar a formação de filas nos acessos.

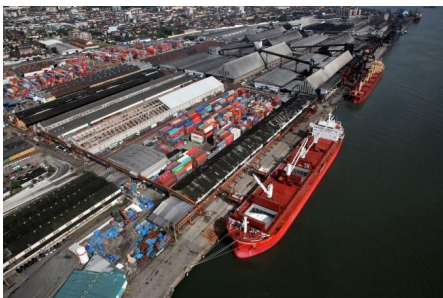
Outra medida trata também do trânsito ferroviária. Uma das maiores reclamações da comunidade do entorno tem sido as manobras realizadas pelos trens que paralisa o trânsito por um longo tempo. A ideia do porto, portanto, é reduzir este tempo. Isso porque 25% das cargas chegam pelos trilhos, além disso, existem projetos de ampliação do uso desse modal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2020

GOVERNO REALIZA REUNIÃO COM CONSÓRCIO VENCEDOR DOS ESTUDOS DE DESESTATIZAÇÃO DOS PORTOS DE SANTOS E DE SÃO SEBASTIÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 10/09/2020 - 19:47



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/161129-porto-de-santos-simulado.jpg>

Consórcio DAGNL deve iniciar estudos em setembro, com conclusão prevista para o segundo trimestre de 2021; leilão está previsto para 2022

O Ministério da Infraestrutura realizou, nesta quarta-feira (9) – em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a Santos Port Authority (SPA) e com o Porto de São Sebastião

–, o pontapé inicial com o consórcio DAGNL para a execução dos estudos de desestatização dos portos de Santos e de São Sebastião (SP). O consórcio vencedor, composto pela DTA Engenharia, Garín, Alvarez & Marsal, e pelos escritórios de advocacia Lobo De Rizzo e Navarro Prado Advogados, deverá iniciar os estudos em setembro, com conclusão prevista para o segundo trimestre de 2021. Já o leilão para as desestatizações está previsto para 2022.

“Se o nosso programa de concessões fosse o campeonato brasileiro, com certeza, o Porto de Santos estaria no G4. Estamos fazendo história. Vamos construir um novo capítulo na história portuária brasileira. Estamos aqui para virar a página desse setor. Apesar de avanços, há muito o que fazer ainda”, afirmou o ministro Tarcísio Gomes de Freitas. Ele ressaltou que o projeto de desestatização é tido como um dos mais importantes do Governo Federal.

A atual etapa definirá o melhor modelo de exploração dos dois portos. Na desestatização, o Estado transfere uma atividade ou um ativo à iniciativa privada por meio de venda, concessão ou autorização. A expectativa é que a entrada do setor privado na gestão dos portos gere maior fluxo de investimentos e mais dinamização da atividade portuária, além da modernização e melhoria dos níveis de serviços, aumento da eficiência, mais competitividade (interna e externa), bem como incorporação das melhores práticas internacionais.

O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, explicou as experiências adquiridas pelo banco a partir dos estudos já iniciados do processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Segundo ele, o Porto de Santos é uma espécie de “joia da coroa”. “Nossa principal agenda é melhorar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, e, conseqüentemente, ter menos inflação e mais emprego na ponta. Estamos animados e não mediremos esforços para fazer isso acontecer”, disse.

A partir da assinatura do contrato com o BNDES, o banco fica responsável não apenas pelos estudos e pela modelagem da desestatização dos empreendimentos portuários, como, também, pelo suporte à realização das audiências públicas e do leilão, acompanhando o processo até a assinatura do contrato entre o setor público e o parceiro privado vencedor do certame.

Fernando Biral, diretor-presidente da SPA, reforçou o fato de que a desestatização trará profissionalização sem precedentes ao setor. “O porto é um ativo muito especial e decisivo para a nossa balança comercial. Ele tem que operar de forma eficiente. Queremos apoiar o agronegócio para melhorar a cadeia logística e termos mais competitividade. Não podemos mais esperar investimentos. Temos uma série de projetos estruturantes a serem realizados e a iniciativa privada poderá operar com mais rapidez”, pontuou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/09/2020